



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 013

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 04 DE MARÇO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Professor Luizão
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 013

13ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva

Presenças

Abertura da Sessão

Expediente:

Ofícios

Indicações

Requerimentos

Projetos de Lei

Pequeno Expediente:

Dep. Cida Borghetti

Dep. Luiz Fernandes Litro

Dep. Dr. Batista

Dep. Antonio Belinati

Dep. Edson Strapasson

Dep. Luiz Eduardo Cheida

Horário das Lideranças:

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto

Liderança do Partido Democratas

Dep. Plauto Miró

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente

Discussão/Votação

Redação Final

3ª Discussão

2ª Discussão

1ª Discussão

Requerimentos

Encerramento da Sessão

Transcrições

Publicações:

Diretoria Geral

Portaria DAT

Publicações Administrativas:

Balancetes Financeiros

Dezembro/07

Janeiro/08

DIÁRIO Nº 013

13ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

04 DE MARÇO DE 2008

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste,

Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52).

Ausentes os Srs. Deputados: Artagão Júnior e Geraldo Cartário (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

OFÍCIO Nº 005/08 - LG

Curitiba, em 04.03.08.

Senhor Presidente:

Sirvo-me do presente para solicitar sua autorização, com a urgência que se faz necessária, para que sejam tomadas as medidas necessárias para a realização da Sessão Solene do evento denominado Honraria de Mérito dos Trabalhadores - Prêmio Personalidades do Paraná, no dia 23/04/08, às 18h30.

É oportuno o ensino para renovarmos as nossas homenagens de respeito e consideração.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Indicações

INDICAÇÃO Nº 043/08

SÚMULA:

Propõe a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Alfredo Chaves no município de Colombo.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação:

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1 - A construção de uma quadra poliesportiva coberta no Colégio Estadual Alfredo Chaves no município de Colombo.

JUSTIFICATIVA:

O colégio atende aproximadamente 1.400 alunos e não dispõe de um local apropriado para as necessidades dos alunos, como a prática de esportes e aulas de Educação Física.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda a comunidade escolar melhores condições no ambiente de ensino.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(a) EDSON STRAPASSON

INDICAÇÃO Nº 044/08

SÚMULA:

Propõe a construção de uma quadra poliesportiva no Colégio Estadual Jeocondo Waldemar Borbato no município de Imbituva

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação do Paraná:

O Deputado Péricles de Mello dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1 - A construção de uma quadra poliesportiva no Colégio Estadual Jeocondo Waldemar Borbato - Ensino Fundamental e Médio, localizado no município de Imbituva, sito à BR-373 - Km 230 - Mato Branco de Baixo.

2 - A indicação justifica-se pela urgência do estado em atender uma necessidade que é básica para os alunos que não dispõem do espaço para a prática de esportes. O colégio conta com aproximadamente 600 alunos da rede estadual de ensino, além de ser utilizada pelo ensino fundamental do município com aproximadamente 300 alunos no período da tarde. A direção do colégio enfatiza que os alunos ficam prejudicados por não possuírem local adequado para as aulas de educação física e que há na instituição local apropriado para a construção da quadra.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 348

Senhor Presidente:

REQUEREMOS à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja realizada uma Sessão Solene, para homenagear os 200 anos de fundação do Banco do Brasil, o que ocorrerá no dia 12 de outubro ano em curso.

Para a realização da referida Sessão, sugerimos que seja destinada a data de 26 de março do corrente ano, no horário da Sessão Ordinária.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao seu Superintendente da Instituição no Estado do Paraná, Sr. Danilo Angst, na rua Comendador Araújo, 314, Centro, Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

A transferência da Coroa portuguesa para o Brasil, há cerca de 200 anos, comemorado este ano, propiciou as condições para aqui se estabelecer uma indústria de manufatura e iniciar a exportação destes produtos. Foi o início dos nossos negócios internacionais. A necessidade de ter um instrumento capaz para levantar recursos financeiros e promover estas relações comerciais, resultou na criação, em 12 de outubro de 1808, do Banco do Brasil.

Hoje, passados 200 anos, o Banco do Brasil é a maior instituição financeira do país, atende cerca de 3.000 cidades brasileiras e também do exterior, com mais de 15.000 pontos de atendimento, atuando em todos os seguimentos do mercado financeiro.

Mas sua história, ao longo desses quase 200 anos de existência, registra um número de vitórias das mais expressivas, proveniente de um planejamento estratégico eficiente, que possibilitou seu extraordinário crescimento. Além de atuar no seguimento financeiro de forma diferenciada, oferecendo os mais diversos serviços, onde foi a primeira instituição do ramo a lançar no mercado o cartão de função múltipla, que oportuniza sua clientela a realizar as mais diversas formas de negócios, diversificou suas atividades, tanto que, na área do esporte e da cultura, transformou-se num verdadeiro mecenas.

No seguimento esportivo vem coordenando projetos e eventos profissionais de peso fazendo surgir uma geração de atletas de diversas modalidades esportivas, inclusive os portadores de deficiência, que vêm contribuindo para elevar o nome do Brasil, a um patamar sem precedentes. Já no campo cultural tem investido maciçamente no seguimento das artes plásticas e das artes cênicas, incentivando a criação de centros que se destacam pela excelência e adequação do seus espaços.

Pelo exposto, consideramos plenamente justificado o nosso requerimento, pelo que solicitamos aos nossos ilustres Pares nesta Casa Legislativa, sua necessidade acolhida.

REQUERIMENTO Nº 355

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a votação nominal para o Projeto de Lei nº 743/07, na forma da subemenda da CCJ aprovada em 2ª discussão, item 04 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 356

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 043/07 e 042/08 que dispõem sobre a gratuidade para obtenção da 2ª via de documentos na forma que especifica.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 326

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Felix Czelusniak, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 327

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Frederico Valdean Hofmann, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 328

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ruthe Bueno Gomes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 329

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Mafalda Iense, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 330

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Claudio Kimmel Meier, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 353

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, seja inserido nos Anais desta Casa voto de pesar pelo falecimento da Sra. Emiya Takaki, com 88 anos de idade, na cidade de Maringá.

A falecida deixa quatro filhos: Getúlio Takaki, Neuza Yano, Celso Takaki e Ricardo Takaki, e oito netos.

À família enlutada as sinceras condolências desta Casa.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 325

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à Santa Casa de Maringá¹, através do Superintendente, Sr. José Pereira, bem como do médico neurologista, Prof. Dr. Paulo César Otero Marcelino, enviando-lhes voto de congratulações, em razão da implantação do Projeto Linha Verde, que consiste em trabalho de responsabilidade social, com início das atividades da Unidade de Atendimento ao Acidente Vascular Cerebral (AVC).

O projeto, denominado Linha Verde, vem sendo discutido com as equipes médicas, diretamente envolvidas com a doença - Neurologia, Neurocirurgia e unidade de Terapia Intensiva -, desde 2006.

No dia 8 de novembro de 2007 foi apresentada formalmente a todo corpo clínico, equipe de enfermagem, serviço de recepção, laboratório, centro diagnóstico por imagens e pronto atendimento da Santa Casa.

O Projeto Linha Verde consiste na divulgação dos sintomas à população, rapidez na chegada ao hospital e início imediato do tratamento. Sabe-se que atualmente a utilização do fibrinolítico Alteplase, dentro das três primeiras horas do aparecimento dos sintomas, leva a um aumento das chances de recuperação total do paciente. Entretanto, o medicamento é indicado em casos selecionados.

A Santa Casa de Maringá merece o reconhecimento desta Assembléia Legislativa, promovendo a conscientização da população sobre as doenças que podem levar ao AVC e a forma de minimizar os efeitos desse acidente. Trata-se de trabalho de responsabilidade social da melhor qualidade e muita honra a comunidade maringaense a competência do corpo técnico da Santa Casa.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(a) CIDA BORGHETTI

1.Rua Santos Dumont, 555 - Maringá/PR - CEP 87050-100.

REQUERIMENTO Nº 331

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Guaraqueçaba pela comemoração, no próximo dia 11/03/08, de seus 462 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Riad Said Zahoui, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Gerce Cunha, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Orgulhosamente participamos da euforia que representa festejar o 463º aniversário da emancipação política de Guaraqueçaba, transmitindo ao seu laborioso povo as melhores felicitações pela grata efeméride.

Gostaria de enfatizar nesta oportunidade, a grande importância que o município detém, referendada em nossa lei maior.

O contato que o Prefeito, o Vice-Prefeito, bem como os Vereadores exercitam junto ao povo, os fazem destacados e genuínos intérpretes dos mais legítimos anseios e interesses do cidadão perante as autoridades municipais, estaduais e federais.

Conhecer de perto, no dia-a-dia, os hábitos, os costumes, as tradições e, principalmente, as aspirações de uma coletividade retempera o espírito, aguça os mais legítimos sentimentos de solidariedade e humanismo, abrindo os horizontes de qualquer ser humano.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em parabenizar toda a população de Guaraqueçaba pela festiva data da comemoração de seus 463 anos de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 346

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de congratulações aos acadêmicos, professores e funcionários da Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG, através do Magnífico Reitor, João Carlos Gomes, pelos 50 anos de instalação do curso de Direito.

Requer ainda, que se dê ciência aos interessados através de correspondência a ser encaminhada para a Reitoria, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Campus Uvaranas, avenida General Carlos Cavalcanti, nº 4.748, CEP 84030-900, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O curso de Direito iniciou sua história em 21/01/58, através do Decreto Federal nº 43059.

Instalado em 1958, o curso de Direito reuniu os docentes e as atividades da Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa, criada pela Lei nº 2179, de 4/08/54, sendo reconhecida pelo Decreto Federal nº 50355, de 18/03/61. A partir de 1970, com a criação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), o Departamento de Direito foi implantado, fundindo-se na nova estrutura. Em 2008, o curso de Direito possui cerca de 800 acadêmicos distribuídos nos turnos matutino e noturno.

O curso conta ainda com escritório de prática jurídica, que através de convênio com o Tribunal de Justiça do Paraná presta atendimento gratuito na área jurídica a cerca de 5.000 pessoas no ano. Ao longo dos últimos anos professores, acadêmicos e a comunidade tem se engajado em campanhas para arrecadar fundos para melhoria de biblioteca, e compra de móveis e equipamentos para modernização das instalações.

O curso recebeu nota 5 (cinco) na última prova do ENADE, demonstrando que se encontra entre os melhores do país. Além disso, tanto nos exames da OAB como em concorridos concursos para as áreas jurídicas, são elevados os percentuais de aprovação dos egressos dessa instituição, o que implica dizer que o curso de Direito da UEPG cumpre a sua finalidade de entregar profissionais bem formados e preparados para atender as necessidades da comunidade.

São 50 anos de trabalho sério e de dedicação que hoje demonstram que as sementes foram boas e os frutos excelentes.

REQUERIMENTO Nº 350

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas prerrogativas regimentais, REQUER, que depois de ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, uma menção honrosa com votos de congratulações para o departamento de Shogui bu da Associação Cultural e Beneficente Nipo-Brasileira de Curitiba, pelo sucesso na realização do Campeonato Brasileiro do Shogui bu em Curitiba.

O Campeonato foi realizado através do seu departamento de esportes presidido pelo Sr. Yasumi Kitani, à quem estendemos os cumprimentos.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 351

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas prerrogativas regimentais, REQUER, que depois de ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, uma menção honrosa com votos de congratulações ao Sr. Shinji Gohara, pela sua nomeação para a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura de Maringá.

Shinji Gohara é ex-vereador e empresário do setor gráfico de Maringá, foi confirmado pelo Prefeito Municipal para substituir Ercílio Santinoni que passará a ocupar a coordenadoria de Desenvolvimento Econômico do Município.

Demonstrando desejo de intensificar o trabalho do setor industrial, Shinji recebe deste Parlamentar os melhores votos de sucesso no seu novo desafio como homem público.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 357

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de votos de congratulações para as cinco universidades paranaenses abaixo nominadas, que aprovaram mais de 60% de seus alunos no último Exame da Ordem Unificado da OAB.

- Universidade Federal do Paraná
- Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Universidade Estadual de Londrina
- Universidade Estadual de Maringá
- Faculdade Estadual do Norte Pioneiro
- Universidade Estadual do Norte do Paraná

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 338

Senhor Presidente:

O Deputado estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais e dentro da sua obrigação constitucional, REQUER envio de expediente à Exma. Sra. Presidente do egrégio Supremo Tribunal Federal - STF, Ministra Ellen Gracie, manifestando o apoio à Lei nº 11105/05, Lei da Biossegurança, questionada na ADIN nº 3510, em julgamento no dia 05 de março do corrente. Declarando, ainda, que a lei representa um avanço histórico e que esta Casa de Leis a considera constitucional.

O presente requerimento vem demonstrar que o Parlamento paranaense entende a importância do país em não abrir mão de um instrumento fundamental para o combate e a prevenção de inúmeras doenças degenerativas. Vem, também, demonstrar que o estado brasileiro é laico, e assim deve permanecer. O ordenamento jurídico não pode ser contaminado por uma crença, fazendo valer o seu entendimento sobre todos, independentemente de sua crença e de sua fé.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 343

Senhor Presidente:

O Deputado estadual infra assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, informações da

Secretaria de Estado do Meio Ambiente, na pessoa do Exmo. Sr. Secretário, bem como do Instituto Ambiental do Paraná, de acordo com o que segue:

Em razão das informações enviadas a esta Casa de Leis através do Ofício nº 712/07/IAP/GP - IAP, em razão de requerimento subscrito por este Parlamentar aprovado neste douto Plenário no dia 28/11/07, contendo pedido de informações ao IAP acerca do assunto que segue: *serem de todo insatisfatórias e não informarem o que foi questionado*, reitera-se o pedido de informações.

Tendo em vista a utilização e aparelho difusor de ondas ionizantes para desestabilização de nuvens *cumulus nimbus* por produtores agrícolas nas regiões de Palmeira, São João do Triunfo, Lapa e Porto Amazonas, no estado do Paraná, e considerando que:

- Esse aparelho é utilizado em apenas uma pequena propriedade rural no município de Porto Amazonas, que fazem tal uso indevidamente, pois a indicação do uso da bomba é somente em caso de chuvas de granizo, e não para afastar qualquer tipo de chuva;

- Tais produtores que fazem uso dessa bomba dissipadora de chuva são considerável minoria, em detrimento de em aproximadamente centenas de agricultores da região;

- A tal bomba ocasiona catastróficos desequilíbrios ambientais, tanto por causar a ausência de chuvas num raio de aproximadamente 12 Km, além de provocar um ruído alto e desagradável mesmo em longa distância do ponto da explosão, no município de Porto Amazonas;

- Há ocasiões em que se chega a explodir tais bombas por 3 horas ininterruptas, provocando, além do afastamento da precipitação pluvial, ruídos perturbadores em toda região;

- Esta utilização indevida do aparelho estaria prejudicando centenas e centenas de produtores rurais, que sofrem com os efeitos da referida bomba, tanto por prejuízos financeiros em razão da ausência de chuva, quanto por distúrbio ao silêncio;

- Resta claro o potencial desequilíbrio ambiental causado pela bomba, além de prejuízos financeiros dos agricultores que dependem da chuva, e até mesmo a insalubridade ocasionada pelo alto barulho provocado.

À vista dos tais dados, requer-se as seguintes informações e providências da SEMA e do IAP:

I - A utilização do aparelho em questões, nas situações e localidades descritas, estão de acordo com as formalidades exigidas pelos órgãos de controle e fiscalização ambiental? É legal o uso de tal aparelho?

II - Há estudo de impacto ambiental ou relatório de impacto ambiental? Apresente.

III - Há efetivo desequilíbrio ambiental causado pelo aparelho?

IV - Seja providenciado, em caráter emergencial, a regularização do uso da "bomba".

V - Tendo em vista a última vistoria ser na data de 05/04/06 (Parecer Técnico nº 234/06 - DIRAM/DLP - IAP), seja providenciado fiscalização e novo laudo da

situação do referido aparelho, bem como uma regular inspeção na situação do local.

Portanto, requer-se tais informações em prol de toda a população da referida região do estado, pois é evidente o dano ambiental causado pelas tais bombas dissipadoras de chuva.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 344

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM à Sra. Secretária de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, Dra. Maria Marta Weber Lunardon, após ouvido o douto Plenário, informar, através da Central de Viagens daquela pasta, se houve liberação de recursos através de cartão corporativo ou de reembolso de despesas com diárias, locomoção, alimentação ou outras de qualquer natureza, para o Secretário de Comunicação Social ou outros servidores daquela Secretaria, nos seguintes períodos:

15 a 23 de setembro/07; 06 a 13 de outubro/07; 03 a 11 de novembro/07; 16 a 25 de novembro/07; 1º a 09 de dezembro/07; 02 a 06 de janeiro/08; 12 a 20 de janeiro/08; 23 a 27 de janeiro/08; 30 de janeiro a 03 de fevereiro/08; 16 a 24 de fevereiro/08, e 28 de fevereiro a 02 de março/08.

Em caso positivo, informar quais servidores viajaram nesses períodos, o número dos respectivos cartões corporativos, qual o destino das viagens e os valores liberados em cada cartão e ou valores reembolsados.

Informar, ainda, a justificativa apresentada para cada uma das viagens. Juntar cópia dos despachos do ordenador da despesa e dos relatórios das viagens apresentados à Central de Viagens, para efeito de prestação de contas das despesas realizadas.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(aa) ADEMAR TRAIANO, OSMAR BERTOLDI, VALDIR ROSSONI, MARCELO RANGEL e ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 352

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, ao Sr. Ailton Pissetti, Secretário de Estado da Comunicação Social, e após ouvido o douto Plenário, prestar as seguintes informações, referentes ao período que compreende 01/07/07 a 29.02.08:

- Quais os valores e datas dos empenhos feitos pela SECS, para fazer frente às despesas com passagens, hospedagem, alimentação, locomoção e outras, relativas às viagens de seus servidores, inclusive seu titular? Informar, individualmente, por servidor e por viagem;

- Já foram efetuados os pagamentos? Quais os valores e as datas dos pagamentos?

- Relacionar os servidores autorizados a viajar, as datas das viagens (ida e volta), o destino, os motivos e os valores gastos?

- Informar como foram feitos os pagamentos, mediante cartão corporativo, reembolso de despesas ou outro meio?

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(aa) DUÍLIO GENARI, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO e MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 354

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, de matéria veiculada no dia de hoje, terça-feira dia 04/03/08 no jornal Gazeta do Povo, contendo declarações do Exmo. Sr. Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(aa) MARCELO RANGEL, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH e VALDIR ROSSONI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 057/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual a APROTIBA - Associação dos Produtores da CEASA de Curitiba, com sede e foro no município Curitiba no estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A APROTIBA - Associação dos Produtores da CEASA, de Curitiba é uma instituição civil de direito privado, sem fins lucrativos, voltado exclusivamente para prestação de serviços sócio-comunitários aos produtores de hortifrutigranjeiros e regularmente constituída de acordo com a legislação brasileira.

Finalidades da entidade

Participa ativamente do Programa Banco de Alimentos da CEASA Paraná, e tem como objetivo a coleta dos produtos excedentes da cadeia produtiva, para distribuição às entidades sociais e famílias em estado de insegurança alimentar e nutricional e, atendendo as entidades cadastradas conforme lista anexa.

O título de utilidade pública é essencial para que este trabalho possa ser mantido e para que o número de famílias atualmente atendidas seja, cada vez mais ampliado.

PROJETO DE LEI Nº 058/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a proceder à estadualização da estrada que liga o distrito de Aparecida do Oeste à cidade sede de Tuneiras do Oeste.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor a partir da sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Tuneiras do Oeste é um dentre as centenas de municípios que, à custa do sacrifício e do trabalho de toda a sua gente, participa do processo de desenvolvimento do Paraná. Em seu território, se desenvolve próspero comércio é pujante e significativa a sua presença no cenário da exploração da agropecuária.

Todos esses fatores são responsáveis pela geração de emprego e de renda, essenciais para a consolidação e para o crescimento sócio-econômico da sua gente.

No entanto, também como se registra na maioria das pequenas e médias comunas do nosso estado, o município se vê assoberbado de ônus e de responsabilidades provenientes do atendimento diuturno às necessidades da prestação de serviços básicos à sua população, notadamente os referentes à educação e à saúde.

Roga-se mediante a apresentação do presente Plano de Lei, sensibilizar o Poder Público Estadual, quanto à necessidade de o mesmo assumir a responsabilidade da conservação da estrada que liga o distrito de Aparecida do Oeste à sede do município, a cidade de Tuneiras do Oeste, numa distância de menos de 11 quilômetros.

As despesas decorrentes do trato devido ao trecho em questão, de vital importância para a comunicação viária entre distrito e sede, pesam em demasia no balanço contábil-financeiro de Tuneiras.

São recursos que sabidamente seriam excelentemente aproveitados em outros misteres do Executivo municipal, relacionados à melhoria das condições de vida de todos os nossos concidadãos tuneirenses.

PROJETO DE LEI Nº 059/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, o Grupo União Pela Vida, com sede e foro na cidade de Umuarama, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor a partir da sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, tem sua sede e foro na avenida Rondônia nº 3645, em Umuarama, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa Jurídica de Direito privado, sem fins lucrativos de caráter filantrópico e de assistência social.

O Grupo União Pela Vida, com sede e foro no município de Umuarama, estado do Paraná, visa o atendimento a pessoas portadores do vírus HIV/AIDS, em Umuarama e região, com a realização de palestras, distribuição de preservativos, conscientização, bem como o atendimento na Casa de Apoio Nosso Lar, que oferece estadia para pessoas que vêm a Umuarama fazer exames, consultas, apoio terapêutico ou orientação jurídica.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 060/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, a Associação Assistencial e Promocional Nossa Senhora Pastora, com sede e foro no município de Tapejara estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor a partir da sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, tem sua sede e foro na rua São Vicente nº 377, em Tapejara, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa Jurídica de Direito privado, sem fins lucrativos de caráter filantrópico e de assistência social.

A Associação Assistencial e Promocional Nossa Senhora Pastora, com sede e foro no município de Tapejara estado do Paraná, tem por objetivo acolher, amparar e promover crianças e adolescentes, usuários de drogas, abandonados, explorados sexualmente, adolescentes grávidas rejeitadas pela família e todos aqueles que, por motivo de desajuste familiar ou situação econômica precária, vivenciam uma situação de risco social.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 061/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Esta lei altera a redação do *caput* dos artigos 152, 154 e 156 da Lei Estadual nº 15608/07, que estabelece as normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do estado do Paraná, observadas as normas gerais estabelecidas na Lei Federal nº 8666/93 e demais preceitos constitucionais sobre a matéria.

Art. 2º O *caput* dos artigos 152, 154 e 156 da Lei Estadual nº 15608/07, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 152. A multa será aplicada, dentre outros motivos, a quem:”

“Art. 154. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração será aplicada a participante que:”

“Art. 156. A declaração de inidoneidade será aplicada a quem:”

Art. 3º Esta lei entrará em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por escopo dirimir as dúvidas que possam surgir acerca da interpretação que deve ser dada aos dispositivos legais que especifica. Na verdade, a leitura dos artigos 152, 154 e 156 da Lei Estadual nº 15608/07 - os quais tratam da aplicabilidade das sanções administrativas aos licitantes e contratados pelo Poder Público - deixa margem a dúvida acerca da obrigatoriedade da aplicação das sanções administrativas nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato.

Cumprе ressaltar, que nos casos em que ocorre a inexecução parcial ou total do contrato por culpa do contratado, a aplicação de penalidade é medida que se impõe, de modo que inexistе a faculdade da Administração Pública deflagrar o processo administrativo ou não. Vale dizer, referido ato não se encontra dentro do âmbito de discricionariedade da Administração Pública, pois não se trata de poder discricionário de agir ou não agir, mas sim de um poder vinculado.

Assim sendo, há um poder-dever da Administração Pública em instaurar o devido processo administrativo, e assegurada a ampla defesa e o contraditório, aplicar a punição cabível a espécie. Dessa forma, em ocorrendo a inexecução do contrato pelo contratado, não cabe à Administração a escolha entre agir ou não agir. Como

dito, seu poder é vinculado, de modo que em ocorrendo o inadimplemento contratual deve ser aplicada a penalidade. Ademais disso, ressalte-se que é esse o sentido teleológico da lei.

Portanto, não se trata de poder facultativo da Administração Pública, mas sim de um poder-dever, ou seja, existe uma obrigatoriedade de punir, e é bem esse o espírito da lei. Aliás, através de uma interpretação sistemática da Carta Constitucional da República e das leis infraconstitucionais pertinentes, tem-se cristalino o caráter finalístico da lei em comento, qual seja, aplicar sanção mais severa nos casos de inadimplemento contratual por parte daqueles que contratam com a Administração Pública. E isso se justifica, exatamente porque, nos casos de inexecução do contrato, seja parcial ou total, o prejuízo maior não se restringe ao interesse particular, mas se dá no âmbito do interesse público, que possui dimensão incomensurável.

São por essas razões que se faz importantes a alteração do *caput* dos dispositivos mencionados, a fim de estancar qualquer sombra de dúvida, acerca da obrigatoriedade da Administração Pública aplicar sanção administrativa àqueles inadimplentes, pois a gestão da coisa pública exige por parte do Administrador Público maior firmeza e severidade nos seus atos.

PROJETO DE LEI Nº 062/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica tombado como Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do Estado do Paraná o rio Ivaí em toda sua extensão.

Art. 2º Ficam proibidas as instalações de obras ou empreendimentos que, isolada ou conjuntamente, venham a alterar de forma significativa as condições naturais do rio em seus aspectos estéticos, físico, químico ou biológico.

Art. 3º O Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - CEPHA procederá ao registro de tombamento do referido rio Livro de Tombos, TOMBO I - Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Estado do Paraná.

Art. 4º Esta lei entra em vigor a partir da sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

Primeiramente, quanto à competência da Assembléia Legislativa para cuidar da matéria, aponta-se para o texto da Constituição Estadual que, em seu artigo 207 determina ao estado a obrigação de preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente

natural, em especial o inciso XV do mesmo artigo constitucional que assim versa:

“Art. 207...

XV - proteger o patrimônio de reconhecido valor cultural, artístico, histórico, estético, faunístico, paisagístico, arqueológico, turístico, paleontológico, ecológico, espeleológico e científico paranaense, prevendo sua utilização em condições que assegurem a sua conservação;”

De forma a completar esse raciocínio, pode-se extrair do artigo 24 da Constituição Federal a competência dos estados em legislar sobre o tema:

“Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

...

VIII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico;”

Diante dos dispositivos constitucionais há clara e inequívoca competência dos Deputados Estaduais em proporem leis que visem garantir a proteção por meio de tombamento bens de caráter histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Para demonstrar essa competência apresento aos nobres Pares trecho do livro Direito do Ambiente do ilustre professor Dr. Édis Milaré: “*O Poder Legislativo pode, através de lei específica, ou em lei de uso do solo, determinar a preservação de um bem...*” (p. 263).

Demonstrada a competência legislativa e a ausência de vício de iniciativa, passa-se a aludir da importância social, cultural e ambiental do rio Ivaí.

O Rio Ivaí é o segundo maior rio em extensão do Paraná percorrendo 680 km. Nasce no município de Prudentópolis, através da confluência das águas do rio dos Patos com o rio São João no segundo planalto e desemboca no rio Paraná, na altura do município de Doutor Camargo. Seus principais afluentes são os Rios Alonso, Paranavaí e das Antas pela margem direita; e os rios Corumbataí, Mourão, Ligeiro e dos Índios, pela margem esquerda. A bacia do rio Ivaí é a segunda maior bacia do estado do Paraná com área total de drenagem de 36.899 km².

Sua importância fica explícita uma vez que corta o Paraná garantindo o abastecimento de água a muitos municípios. Sua fauna é rica, mas vem sofrendo com a utilização de defensivos agrícolas, mas segundo o próprio Governo do estado no livro Livro Vermelho da Fauna Ameaçada no Estado do Paraná afirma: “*criticamente a qualidade dos ambientes aquáticos do Segundo Planalto são o crescente número de barramentos de rios com objetivos de geração elétrica, a introdução de espécies e a onipresente urbanização*”.

Muitas espécies de peixes, mamíferos e répteis, vivem no rio Ivaí sendo que algumas espécies encontram-se ameaçadas de extinção.

Assim trabalhar para o tombamento desse importante rio garantirá às gerações futuras um meio ambiente equilibrado e a própria garantia de vida plena e com qualidade.

A bacia do Ivaí está localizada sobre três unidades aquíferas: a leste, o Caiuá, na faixa central; a Serra Geral Norte e a leste está a unidade Paleozóica Superior. Ainda entre as unidades Serra Geral Norte e Paleozóica Superior encontramos uma estreita faixa de afloramento no aquífero denominado Guarani, que está confinado sob o aquífero Serra Geral.

Originalmente, o território que compreende a bacia do Ivaí era coberto nas mesmas proporções por Florestas Estacional Semidecidual a oeste da bacia e floresta com Araucária nas porções leste, apresentando ao centro, uma faixa diagonal de transição, com raras manchas de campos cerrados.

Em Prudentópolis, a bacia do Ivaí chega a sobrepor a APA Estadual da Serra da Esperança. Existem unidades com área de relevante interesse de São Domingos, em Roncador e a Reserva Florestal Córrego Maria Flora em Cândido de Abreu. Em Engenheiro Beltrão, está localizada a Reserva Florestal Seção de Figueira e Saltinho com 66 hectares; em Amaporã, o Parque Estadual de Amaporã. Outra unidade de proteção integral está entre Fênix e São João do Ivaí, com seus 354 hectares, o Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo guarda remanescentes da Floresta Estacional Semidecidual. Na região, também se encontra o Parque Estadual do Lago Azul no município de Campo Mourão, com amostras dos campos cerrados dispersos em 1.749 hectares.

A principal atividade econômica da bacia é a agropecuária. As culturas mais importantes são a cana-de-açúcar, soja, trigo e milho, havendo ainda pastagens. As indústrias da bacia também merecem destaque. São 110 indústrias e as mais importantes estão relacionadas com a agropecuária: 36 feculárias, 31 laticínios, 13 destilarias, 7 curtumes, 3 usinas de açúcar, 7 de papel, 6 de óleos vegetais, entre outras.

As maiores cidades da região hidrográfica são Maringá, Apucarana e Campo Mourão, que está situada integralmente na bacia, com uma população urbana de 74 mil habitantes. A população dos municípios que estão inseridos integralmente ou parcialmente na bacia é de aproximadamente 2 milhões de habitantes.

Dentre os múltiplos usos da água na bacia encontram-se as águas utilizadas por indústrias da região nos processamentos de seus produtos. O uso para irrigação de culturas não é intensivo e as capacitações são de pequeno porte. As águas são ainda utilizadas para piscicultura, dessedentação de animais e afastamento e diluição de esgotos domésticos e industriais.

O aproveitamento hidroelétrico restringe-se a pequenas instalações, não havendo formação de reservatórios de acumulação.

Em termos de demanda do uso dos recursos hídricos nas bacias do Ivaí e Paraná I, o abastecimento humano representa 44% do total, seguido pela irrigação com 36%, uso industrial com 13%, outros 4%, dessedentação de animais com 2% e aquicultura com 1%.

Os esgotos sanitários são, em sua maior parte, lançados sem tratamentos nos cursos d'água. A carga poluidora urbana potencial é da ordem de 49.230 kg DBO/dia, mas apenas cerca de 20% da população urbana é servida por rede coletora de esgotos.

A carga poluidora industrial potencial é da ordem de 600.000 kg DBO/dia, mas apenas cerca de 5% dela é efetivamente lançada nos cursos d'água. O escoamento superficial de águas de chuva em áreas urbanas e rurais traz uma carga poluidora adicional aos cursos d'água.

A bacia do Ivaí abrange os municípios: Alto Paraná, Amaporã, Apucarana, Arapuã, Araruna, Ariranha do Ivaí, Barbosa Ferraz, Boa Ventura de São Roque, Bom Sucesso, Borrazópolis, Califórnia, Cambira, Campo Mourão, Cândido de Abreu, Cianorte, Cidade Gaúcha, Corumbataí do Sul, Cruzeiro do Oeste, Cruzmaltina, Douradina, Doutor Camargo, Engenheiro Beltrão, Faxinal, Fênix, Floraí, Floresta, Godoy Moreira, Grandes Rios, Guairaçá, Guaramiranga, Guaporema, Guarapuava, Icaraíma, Indianópolis, Irati, Iretama, Itambé, Ivaí, Ivaiporã, Ivaté, Ivatuba, Jandaia do Sul, Japurá, Jardim Alegre, Jussara, Kaloré, Lidianópolis, Loanda, Luiziana, Lunardelli, Mamborê, Mandaguaçu, Mandaguari, Manoel Ribas, Maria Helena, Marialva, Marilândia do Sul, Maringá, Marumbi, Mato Rico, Mauá da Serra, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Nova Esperança, Nova Olímpia, Nova Tebas, Novo Itacolomi, Ortigueira, Ourizona, Paçandu, Paraíso do Norte, Paranaíba, Peabiru, Pitanga, Planaltina do Paraná, Presidente Castelo Branco, Prudentópolis, Querência do Norte, Quinta do Sol, Reserva, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Roncador, Rondon, Rosário do Ivaí, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Maria do Oeste, Santa Mônica, São Carlos do Ivaí, São João do Ivaí, São Jorge do Ivaí, São Manoel do Paraná, São Pedro do Ivaí, São Tomé, Sarandi, Tamboara, Tapejara, Tapira, Terra Boa, Tuneiras do Oeste, Turvo e Umuarama.

PROJETO DE LEI Nº 063/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica tombado como Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do Estado do Paraná o rio Piquiri em toda sua extensão.

Art. 2º Ficam proibidas as instalações de obras ou empreendimentos que, isolada ou conjuntamente, venham a alterar de forma significativa as condições naturais do rio em seus aspectos estético, físico, químico ou biológico.

Art. 3º O Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - CEPHA procederá ao registro de tombamento do referido rio Livro de Tombos, Tombo I - Livro

do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Estado do Paraná.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

Primeiramente, quanto à competência da Assembleia Legislativa para cuidar da matéria, aponta-se para o texto da Constituição Estadual que, em seu artigo 207 determina ao estado a obrigação de preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, em especial o inciso XV do mesmo artigo constitucional que assim versa:

“Art. 207...

XV - proteger o patrimônio de reconhecido valor cultural, artístico, histórico, estético, faunístico, paisagístico, arqueológico, turístico, paleontológico, ecológico, espeleológico e científico paranaense, prevendo sua utilização em condições que segurem a sua conservação;”

De forma a completar esse raciocínio, pode-se extrair do artigo 24 da Constituição Federal a competência dos estados em legislar sobre o tema:

Art. 24 - Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

...

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

Diante dos dispositivos constitucionais há clara e inequívoca competência dos Deputados Estaduais em proporem leis que visem garantir a proteção por meio de tombamento bens de caráter histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Para demonstrar essa competência apresento aos nobres Pares trecho do livro Direito do Ambiente do ilustre professor Dr. Édis Milaré: “O Poder Legislativo pode, através de lei específica, ou em lei de uso do solo, determinar a preservação de um bem...” (p.263).

Demonstrada a competência legislativa e a ausência de vício de iniciativa, passa-se a aludir da importância social, cultural e ambiental do rio Piquiri.

O rio Piquiri é composto por 485 quilômetros de extensão, nascendo no terceiro planalto na região centro-sul do estado, na publicidade do Paiquerê, município de Campina do Simão, com sua foz junto ao rio Paraná. Conta seus afluentes Cantu, Goio-Bang e Goioerê em sua margem direita. Na margem esquerda, seu principal afluente é o rio do Cobre.

A importância ambiental desse rio não se restringe a sua fonte de água, mas apresenta em seu leito espécies únicas como a que aponto um estudo da Revista Brasileira de Zoologia:

A descoberta recente, no fundo rochoso do rio Piquiri, bacia do Paraná, Brasil, de *Sterrastrolepis brasiliensis* Volkmer-Ribeiro & De Rosa-Barbosa, 1978, uma

espécie de esponja continental ameaçada, possibilitou o registro fotográfico de espécimes vivos, o aperfeiçoamento das ilustrações ao MEV e da descrição de algumas características, a descrição do habitat e o registro de uma assembléia de esponjas composta por *Sterrastrolepis brasiliensis*, *Oncosclera navicella* (Carter, 1881) e *Oncosclera tonolli* (Bonetto & Ezcurra de Drago, 1968). *Oncosclera* tem seu primeiro registro para águas brasileiras e para a bacia do Paraná. Gêmulas de *O. navicella* são também ilustradas ao MEV. (Rev. Bras. Zool. vol. 22 nº 4).

Inúmeros estudos são realizados sobre as populações do rio Piquiri, assim a UEM, a Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão, por exemplo, vem demonstrando que algumas espécies tem seu crescimento populacional de forma ímpar nesse rio. Salientando, inclusive, a importância para a biodiversidade do Paraná. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente possui diversas ações para o repovoamento, constituição da mata ciliar entre outras medidas na bacia do rio Piquiri diante da sua importância social, ambiental, turística e paisagística de nosso estado.

A bacia hidrográfica do rio Piquiri é a terceira maior em área física do estado do Paraná. Apresenta uma área total de 24.731 Km². O rio Piquiri que atravessa toda extensão da bacia no sentido sudeste - centro-oeste, desaguardo no rio Paraná.

A bacia do Piquiri é composta originalmente por variadas formações vegetais e uma fauna diversificada. Metade de seu território era composto por Floresta Estacional Semidecidual Submontana e outra porção em mesmas dimensões composta por Florestas com Araucária, conhecida por Floresta Ombrófila Mista mais a leste. Na região existiam porções de florestas com influência fluvial e formações transitórias de Floresta Ombrófila Submontana e Estacional Semidecidual Montana. Apesar de sua composição original extremamente rica, a região foi muito alterada restando poucos remanescentes em sua porção a leste nas imediações de Guaraniaçu, Laranjal e Altamira do Paraná. Na bacia existem Unidades de Conservação de gestão pública, que mantêm importantes remanescentes como a Reserva Biológica de São Camilo no município de Palotina, e a Área de Relevante Interesse Ecológico de São Domingos entre os municípios de Roncador e Nova Cantú.

Foram registradas 50 espécies de peixes nesta bacia, muitas delas buscam águas oxigenadas com o objetivo de reprodução no período de piracema. O fundo rochoso do rio Piquiri proporcionou a identificação de uma espécie rara de esponja continental.

A bacia hidrográfica do rio Piquiri apresenta a ocorrência de afloramento de três unidades litoestratigráficas, a saber: Formação Serra Geral, Formação Caiuá e Depósitos Aluvio-fluviais. Em sub-superfície, cabe o registro da ocorrência da Formação Botucatu, constituída por um pacote de arenitos de granulação fina e muito fria, bem selecionados, com estratificação cruzada de grande

porte, depositados em ambiente desértico. A Formação Botucatu está posicionada imediatamente sotoposta às rochas da Formação Serra Geral, as quais são caracterizadas por um conjunto de derrames basálticos, que variam de algumas dezenas de metros até mais de 1.700m de espessura nas áreas mais próximas à foz do rio Piquiri, no rio Paraná. Já a formação Caiuá, composta de arenitos finos a médios, está depositada sobre os basaltos da Formação Serra Geral, compondo, em conjunto com os depósitos aluvio-fluviais, as rochas mais recentes que ocorrem na bacia hidrográfica do rio Piquiri. Do ponto de vista hidrogeológico tratam-se de unidades com grande potencial de produção de águas subterrâneas aptas para os mais diferentes usos, passando pelo abastecimento público e industrial, principalmente através da exploração dos aquíferos Serra Geral e Caiuá, até o uso hidrotermal do aquífero Guarani.

A principal atividade econômica é a agropecuária. As culturas mais importantes são a soja, trigo, cana-de-açúcar e mandioca, havendo ainda pastagens.

As indústrias da região estão relacionadas com a agropecuária; 18 laticínios, 11 frigoríficos, três destilarias, duas fecularias e outras de menor importância.

A região possui a demanda de 5,63 m³/s o que corresponde a 6,13% de todo o consumo de água do estado. Desde total 5,21 m³/s é o consumo de bacia do Piquiri ou 92,5% do total da região. A atividade de maior consumo na bacia é de abastecimento público com 3.40 m³/s seguido pelo industrial (0,91 m³/s), dessedentação de animais (0,36 m³/s), aquíicultura (0,18 m³/s), irrigação (0,17 m³/s), lazer (0,04 m³/s) e outras atividades com 0.59 m³/s.

No estado do Paraná o consumo de águas para o abastecimento público provém: 68,36% de mananciais superficiais e 31,64% de mananciais subterrâneos.

A população estimada para a bacia do Piquiri em 2005 foi em 596 mil habitantes. Abrange território de 71 municípios, sendo eles: Altamira do Paraná, Alto Piquiri, Altônia, Anahy, Araruna, Assis Chateaubriand, Boa Esperança, Boa Ventura de São Roque, Braganey, Brasilândia do Sul, Cafelândia, Cafezal do Sul, Campina da Lagoa, Campina do Simão, Campo Bonito, Campo Mourão, Cantagalo, Catanduvas, Cascavel, Cianorte, Corbélia, Cruzeiro do Oeste, Diamante do Sul, Farol, Formosa do Oeste, Francisco Alves, Goioerê, Goioxim, Guarani-açu, Guarapuava, Ibema, Iguatu, Iporã, Iracema do Oeste, Janiópolis, Jesuítas, Juranda, Laranjal, Laranjeiras do Sul, Luiziana, Mamborê, Mariluz, Maripá, Marquinho, Mato Rico, Moreira Sales, Nova Aurora, Nova Cantu, Nova Laranjeiras, Nova Sata Rosa, Palmital, Palotina, Perobal, Pérola, Pitanga, Quarto Centenário, Rancho Alegre D'Oeste, Roncador, Santa Maria do Oeste, Tapejara, Terra Rocha, Toledo, Tuneiras do Oeste, Tupãssi, Turvo, Ubiratã, Umuarama e Xambrê.

Informações: Na bacia hidrográfica do Piquiri não existem comitês de bacias, contudo é discutida a proposta de instalação.

PROJETO DE LEI Nº 064/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica tombado como Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do Estado do Paraná o rio Tibagi em toda sua extensão.

Art. 2º Ficam proibidas as instalações de obras ou empreendimentos que, isolada ou conjuntamente, venham a alterar de forma significativa as condições naturais do rio em seus aspectos estético, físico, químico ou biológico.

Art. 3º O Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - CEPHA procederá ao registro de tombamento do referido rio Livro de Tombos, TOMBO I - Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Estado do Paraná.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

Primeiramente, quanto à competência da Assembléia Legislativa para cuidar da matéria, aponta-se para o texto da Constituição Estadual que, em seu artigo 207 determina ao estado a obrigação de preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, em especial o inciso XV do mesmo artigo constitucional que assim versa:

“Art. 207...

XV - proteger o patrimônio de reconhecido valor cultural, artístico, histórico, estético, faunístico, paisagístico, arqueológico, turístico, paleontológico, ecológico, espeleológico e científico paranaense, prevendo sua utilização em condições que assegurem a sua conservação;”

De forma a completar esse raciocínio, pode-se extrair do artigo 24 da Constituição Federal a competência dos estados em legislar sobre o tema:

“Art. 24 Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;”

Diante dos dispositivos constitucionais há clara e inequívoca competência dos Deputados Estaduais em proporem leis que visem garantir a proteção por meio de tombamento bens de caráter histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Para demonstrar essa competência apresento aos nobres Pares trecho do livro Direito do Ambiente do ilustre professor Dr. Édis Milaré: “O Poder Legislativo pode, através de lei específica, ou em lei de uso do solo, determinar a preservação de um bem...” (p. 263).

Demonstrada a competência legislativa e a ausência de vício de iniciativa, passa-se a aludir da importância social, cultural e ambiental do rio Tibagi.

Começa-se pela importância ambiental desse rio. Pode-se dizer que é a área mais rica em biodiversidade do Paraná, junto com a Serra do Mar. São cerca de 747 espécies de animais. Algumas delas estão ameaçadas de extinção como o lobo-guará e o tamanduá-bandeira, além de espécies que só existem na região do rio, como a peregrina *Hyla acenps*.

Na região de Ortigueira, por exemplo encontram-se a união de ecossistemas diversos como o cerrado, os campos, a floresta com perobas, a floresta com araucárias, enfim encontram-se nessa bacia, no leito do rio Tibagi o remanescente desses estoques de ecossistemas.

No próprio rio existem espécies nativas como os cascudos, pintados, dourados e surubins, espécies suscetíveis de serem extintas caso haja alguma mudança física ou química do rio Tibagi. Destaca-se o caso dos pintados e surubins, pois esses existem no Paraná apenas no rio Tibagi, atualmente.

Os territórios da bacia do rio Tibagi, foram ocupados desde tempos remotos por populações indígenas, que sempre defenderam suas matas, campos e rios dos invasores. Em especial, as comunidades indígenas Guarani e Kaingang formaram um povo numeroso, que sempre acreditou nas forças da natureza. Estes povos foram responsáveis pelo nome rio Tibagi, que significa Rio de Pousa.

O rio Tibagi possui 550 Km de extensão com 91 saltos e cachoeiras. Sua nascente está localizada na Serra das Almas entre Ponta Grossa e Palmeira a 1.100 metros de altitude e deságua na reservatório da Usina Hidrelétrica de Capivara, no rio Paranapanema, a 298m de altitude. Abrange 49 municípios e é dividido em alto, médio e baixo Tibagi.

os rios que formam a bacia Hidrográficas do rio Tibagi compreende todas as nascentes e seus afluentes. Sendo os principais afluentes: na margem esquerda o rio Taquara, Ribeirão dos Apertados e Ribeirão Três Bocas; na margem direita os maiores contribuintes são o rio Iapó, rio São Jerônimo e rio Congonhas. Possui 65 rios menores que deságuam nele.

Nesta bacia a carga poluidora urbana potencial é de 77.220 kg DBO5. A carga poluidora industrial potencial é da ordem de 130.000 kg DBO5. Do total da poluição urbana da bacia, 40% são atendidas por esgotamento sanitário. O escoamento superficial de águas de chuva em áreas urbanas e rurais traz em uma carga poluidora adicional aos cursos d'água.

A unidade hidrográfica está distribuída no Segundo e Terceiro Planaltos Paranaenses, sendo que as cabeceiras de seus afluentes localizam-se no Primeiro Planalto.

A bacia do rio Tibagi está compreendida nos domínios de formações campestres (Campos Gerais) e formações florestais (Ombrófila Mista e Estacional Semidecidual), que juntas totalizam cerca de 600 espécies

vegetais. Apenas nesta bacia são encontradas 114 espécies de peixes nativos, 700 espécies de aves, 48 de répteis, 57 mamíferos e inúmeros macroinvertebrados. No grupo de mamíferos encontram-se 21 espécies sob algum grau de ameaça principalmente pelo excesso de exploração e destruição de habitats.

Para representar essa diversidade de ecossistemas a região conta com áreas protegidas de uso sustentável como a APA da Escarpa Devoniana formação geológica originada a cerca de 200 milhões de anos, que corta o estado de norte a sul na forma de arco, a Floresta Nacional de Irati nos municípios de Fernandes Pinheiro e Teixeira Soares, a reserva Florestal de Saltinho em Telêmaco Borba e a Floresta Estadual Córrego da Biquinha em Tibagi. O Sistema Estadual de Unidades de Conservação mantém ainda áreas de proteção integrada como a Estação Ecológica de Fernandes Pinheiro, os Parques Estaduais de Vila Velha em Ponta Grossa, do Guatelá em Tibagi, Mata dos Godoy em Londrina, Caxambu em Castro, de Ibiporã em Ibiporã e do Penhasco Verde em São Jerônimo da Serra. Apenas as reservas de proteção integral somam 7.227 hectares, área que poderá dobrar sua extensão com a ampliação de unidades estaduais e a criação de áreas federais na região de Ponta Grossa. Além das reservas particulares, a Bacia do Tibagi, concentra importantes de Ortigueira, a de Apucarana em Tamarana, e as Terras de São Jerônimo e Barão de Antonina, em São Jerônimo da Serra.

A principal atividade econômica desenvolvida na Bacia Hidrográfica do rio Tibagi é a agropecuária. Na metade do sul da bacia as culturas de soja, milho, feijão e trigo ocupam uma área igual a de pastagem, havendo ainda áreas com reflorestamento. Na metade norte, região de terra roxa, a agricultura é mais intensiva com cultivos de soja, milho, café e trigo. As pastagens ocupam apenas 14% da área na região norte desta bacia.

De acordo com dados do IAP 1990, a bacia hidrográfica possui 3,8% de floresta, 27,6% de vegetação secundária, 9,4% de reflorestamento, 18,1% de pasto, 40,1% de agricultura e 1% de outros usos.

Esta Bacia Hidrográfica é relativamente industrializada, com pólos em Londrina e Ponta Grossa. Em Telêmaco Borba situa-se uma das maiores indústrias de celulose do país - a Klabim. As indústrias, em sua maioria, estão ligadas à agropecuária: treze óleos comestíveis, onze laticínios, nove frigoríficos, sete de papel, sete de bebidas, sete têxteis, entre outras.

A população da bacia está ao redor de 1.874.940 habitantes, dos quais 86% correspondem à população urbana. O uso mais importante das águas superficiais e subterâneas é para abastecimento público. A maior parte das captações situa-se nos afluentes. No corpo principal do rio Tibagi estão localizadas as captações que abastecem as cidades de Londrina, Cambé, Tibagi e Telêmaco Borba.

No Paraná as fontes de água superficiais utilizadas para abastecimento público representam 68,36% do total

e as águas subterrâneas 31,64%. Na bacia do rio Tibagi 76% das águas utilizadas para abastecimento público são de fontes superficiais e 24% de fontes subterrâneas.

Até maio de 2006 foram cadastrados 711 poços perfurados para captação de água subterrânea. Existem 4 usinas hidrelétricas: Presidente Vargas do rio Tibagi, Apucarantina no rio Apucarantina, São Jorge e Pitangui no rio Pitangui, totalizando 35,13 Mws. As indústrias situadas na bacia também utilizam as águas nos seus processamentos industriais. Existe um grande número de captações para fins de irrigação, mas nenhuma de grande porte. As águas são ainda utilizadas para dessedentação de animais afastamento e diluição de esgotos domésticos e industriais.

A bacia hidrográfica do Tibagi é uma grande fonte de vida e precioso manancial de recursos naturais do Paraná. Na legislação brasileira a Lei Federal nº 9433/97 determina que, no Brasil e em seus estados, a gestão de recursos hídricos deve ser participativa e descentralizada.

A bacia do Tibagi abrange os municípios: Apucarana, Arapongas, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Califórnia, Cambé, Carambeí, Castro, Congonhinhas, Cornélio Procopio, Curiúva, Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Ibioporã, Imbaú, Imbituva, Ipiranga, Irati, Jataizinho, Leópolis, Londrina, Marilândia do Sul, Mauá da Serra, Nova América da Colina, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Primeiro de Maio, Rancho Alegre, Reserva, Rolândia, Santa Cecília do Pavão, Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira, Sapopema, Sertaneja, Sertãoópolis, Tamarana, Teixeira Soares, Telêmaco Borba, Tibagi, Uraí e Ventania.

PROJETO DE LEI Nº 065/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica obrigada a instalação de pátio de estacionamento para caminhões e banheiros, nas praças de pedágios do estado do Paraná.

Parágrafo Único. Os banheiros, citados no *caput* deste artigo, deverão ter chuveiros para que o caminhoneiro possa fazer higiene pessoal.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

A proposta apresentada, visa a instalação de pátio de estacionamento e banheiros, nas praças de pedágio das rodovias do estado.

As concessionárias de pedágio devem oferecer estrutura adequada ao motorista que trafega pelas rodovias. A instalação de estacionamento e banheiro fazem parte dos serviços obrigatórios, oferecidos aos usuários,

sendo benefícios essenciais para quem usa as estradas diariamente e é o mínimo que espera o cidadão que paga o pedágio.

O projeto de lei contribui para a segurança nas estradas, visto que muitas são vítimas de assaltos à beira da estrada. O projeto também tem por finalidade compilar as concessionárias de serviço público que exploram as rodovias a disponibilizarem, nas praças dos pedágios, banheiros públicos para todos os usuários, que diariamente usam estas vias públicas e pagam por este serviço.

Desta forma esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 066/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído, no calendário oficial do estado do Paraná, o Dia da Recordação do Holocausto, a ser realizado, anualmente, no dia 27 de janeiro.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.03.08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, em novembro de 2005, decidiu pelo voto da maioria de seus membros, instituir o Dia Internacional em Lembrança às Vítimas do Holocausto da II Grande Guerra. Estabeleceu que o dia 27 de janeiro, quando foi libertado o Campo de Concentração de Auschwitz, passaria a ser a data do evento.

O objetivo da apresentação do presente projeto de lei mostrar às futuras gerações do nosso estado, o terror cometido, 60 anos atrás, quando milhões de vidas foram ceifadas.

Sendo assim, esperamos contar com os nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A primeira oradora inscrita no Pequeno Expediente é a Deputada Cida Borghetti, a quem concedemos a palavra.

Deputada Cida Borghetti (PP)

A SRA. CIDA BORGHETTI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje é um dia especial para a imprensa do Paraná. Dia em que o Diário Popular comemora 45 anos.

(Lê):

“Quero, em nome desta Casa de Leis parabenizar o

jornal Diário Popular, bem como o seu Diretor-Presidente e fundador, jornalista Kudri, e todos os funcionários desse importante veículo de comunicação do Paraná, em razão do aniversário de 45 anos do jornal. O Diário Popular é motivo de orgulho para a imprensa paranaense.

O jornalista Abdo Kudri, empresário brilhante, sempre soube transpor os obstáculos, conduzindo com competência. A imprensa desempenha papel fundamental no regime democrático de direito e, por isso, não poderíamos deixar de prestar o devido reconhecimento desta Casa ao jornal Diário Popular, ao jornalista Abdo Kudri e a todos que contribuem. Há quatro décadas leva informação precisa aos leitores. Com qualidade técnica e editorial, isenção e profissionalismo.

Com certeza as barreiras vencidas nessas quatro décadas foram muitas. Nós sabemos que não é fácil manter um grande jornal em circulação, sobretudo nessa época de renovação tecnológica, quando as pessoas dedicam parte do tempo à internet.

Parabéns ao grande homem da imprensa paranaense, jornalista e amigo Abdo Kudri.”

Nesse segundo momento, Sr. Presidente, vamos falar da mulher na política. Vamos falar do Dia Internacional da Mulher, no dia 08 de março, mas todos os dias comemoramos o Dia da Mulher. Mulher que se dedica, não só como dona-de-casa, como mãe, como profissional liberal, mas também na política como nós. Dedicamos a nossa vida, a nossa experiência, a nossa vontade de servir ao povo do Paraná.

Faço aqui uma retrospectiva da passagem da mulher.

(Lê):

“A política faz parte da história do homem. Na Grécia Antiga grandes pensadores dedicaram suas vidas ao tema. As mulheres, apesar de alijadas das discussões centrais, sempre se interessaram e lutaram por participação. Grandes mulheres brilharam fazendo política e muitas foram perseguidas e mortas em razão da ousadia. As mulheres passaram por difíceis fases. A luta, por vezes inglória, sempre existiu.

Hoje, vivemos tempos de exercício da cidadania e nem por isso a trajetória é fácil. O preconceito velado ainda existe. Muitas de nós sofrem ataques à honra quando ousam acreditar nos caminhos da política. Esses ataques, normalmente, são anônimos, pois é assim que agem os covardes. Apesar das agruras, nós nunca nos intimidamos. É certa a consciência da importância da participação da mulher na política.

Hoje há mais mulheres na elite política brasileira, mas ainda há muito a ser feito. É preciso traçar metas e estratégias para alcançar maior participação. A presença da mulher na elite da política é pequena em todos os países e o Brasil não é uma exceção. As cúpulas dos principais partidos políticos não são essencialmente abertas para as mulheres.

Nas entidades de representação profissional, como a Ordem dos Advogados do Brasil, por exemplo, em que

52% dos membros são do sexo feminino, não há uma só mulher na direção. Na Associação Brasileira de Imprensa, 40% dos membros são mulheres e nenhuma em cargo mais alto.

No Conselho Federal de Medicina, com 31,5% de mulheres participantes, nenhuma faz parte da direção da entidade. Na CUT, 30% dos Diretores são mulheres, na força sindical, 11%, na CONTAG, 12,5%.

Os dados apenas reafirmam o quadro conhecido por nós: há mudanças, mas ainda falta uma nova realidade e participação da mulher na política. Fazemos uma pergunta: As mulheres fazem diferença na política? Sim, fazem muita diferença.

As pesquisas em todo o mundo apontam para o fato de que elas tratam de defender as questões que fazem parte de seu universo de interesses, como as políticas sociais ligadas à saúde da mulher e da criança, a luta pela implantação de escolas e creches, discriminação e assédio sexual, dependência econômica. É largamente sabido que os temas defendidos pelas mulheres na política são eminentemente os de natureza social, o que, no Brasil, significa modernidade política, devido ao seu caráter redistributivo, alvo muito longe ainda de ser alcançado pelas práticas políticas atuais.

Aumentando o contingente feminino em todos os níveis de poder. Espera-se maior sensibilidade com as iniciativas que beneficiarão uma grande maioria excluída.

Muito obrigada!”

Antes de encerrar peço um minuto da aquiescência do nosso Presidente, Deputado Nelson Justus, para fazer uma entrega à Deputada Rosane Ferreira, bem com as demais Deputadas Luciano e Beti Pavin. A Deputada Rosane, uma mulher guerreira, que preside hoje a Comissão dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente nesta Casa. Uma Comissão que brigamos muito na Legislação passada, da qual estivemos e o Presidente também, acompanhados das Deputadas Elza Correia, Luciana Rafagnin e Arlete Caramês.

Passamos às suas mãos, Deputada Rosane, o livro sobre a Legislação da Mulher, editado na Câmara Federal, um livro importante do Congresso Nacional.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Fernandes Litro.

Deputado Luiz Fernandes Litro (PSDB)

O SR. LUIZ FERNANDES LITRO

Sr. Presidente Nelson Justus, Sr. 1º Secretário Jonas Guimarães, 2ª Secretária Luciana Rafagnin.

Quero, primeiramente, agradecer à Comissão de Meio Ambiente e ao Cheida a confiança. Fizemos um trabalho em Dois Vizinhos, como Presidente interino da Comissão de Meio Ambiente, o Deputado Reni Pereira

como Relator e o Deputado Fernando Ribas Carli como membro. Fizemos esse levantamento. Somos o órgão fiscalizador do Governo do Estado e esse é o nosso dever. Muitos Parlamentares não acreditavam na autoria, mas tínhamos que dar uma resposta à nossa sociedade, que vinha cobrando, e à minha cidade natal de Dois Vizinhos.

Enquanto isso, fizemos um convite ao Prefeito Municipal, à Câmara de Vereadores, ao Presidente da Associação Comercial e várias entidades que estavam presentes. Abrimos a Sessão, fizemos o nosso trabalho, fizemos o levantamento e fomos até a nascente da cabeceira do rio, dentro da nossa cidade de Dois Vizinhos, no coração da cidade. Requeremos fotógrafo e filmagem, que está com o Relator Reni Pereira. Enquanto isso, para surpresa, muitos estragam. É crime ambiental o que vem acontecendo na nossa cidade de Dois Vizinhos. Seis nascentes de onde vertia óleo diesel e outros óleos, vindo de uma ducha de lavagem de carro de um posto. O posto é do outro lado da rua, passando duas ruas de asfalto.

Enquanto isso, no momento que estávamos lá, veio aquela ducha de detergentes, de lavagens, para surpresa. O dono do posto pensou que estávamos fazendo um ato político. Não é ato político, tínhamos que dar resposta à nossa sociedade de Dois Vizinhos. Para surpresa, a Vale Verde, o dono da Vale Verde, Célio Vital Galvan, que vende produtos para o posto, mandou o seguinte documento:

(Lê):

"A Supervale Verde Indústria de Produtos Químicos Ltda., situada a estrada Flor da Serra s/n, bairro Margarida Galvan, na cidade de Dois Vizinhos/PR, inscrita no CNPJ 85.511.954/0001-11 e inscrição estadual 32302140-68, vem através deste declarar que é fornecedora exclusiva dos produtos de higiene e limpeza automotiva para o Auto Posto Novo Milênio situado a avenida Rio Grande do Sul, 883, centro de Dois Vizinhos, inscrita no CNPJ 03.198.193/0001-25 e inscrição estadual 901.8690-78, ainda os produtos produzidos por nossa empresa são biodegradáveis. Segue abaixo o número das licenças de funcionamento e operação:

- *Licença de Operação junto ao IAP - nº 6584. Validade 14/02/09. Protocolo nº 8407618;*
- *Certificado de Registro do Exército - nº 3922. Validade 01/06/08;*
- *Certificado de Licença de Funcionamento da Polícia Federal - nº 0025126-7. Validade 19/05/08;*
- *Certificado de Anotação de Função Técnica CRQ - nº 14495/07;*
- *Licença Sanitária - nº 131/07;*
- *Registro junto ao Ministério da Saúde - nº 3.02952-7.*

Desde já nos colocamos à disposição para qualquer dúvida pelos fones 46.35361144/ 46.353663093 ou e-mail - valeverde@fignet.com.br.

Atenciosamente,

*(aa) Célio Vital Galvan - CPF 643.813.669-72
Marisa B. Ramuski - CRQ 09200511*

Então, tem todas as licenças e tal, mas não vamos fazer a defesa, vamos passar ao Relator. Eles pediram

rigor e pediram para que eu incluísse no processo, mas acho que quem deve incluir isso no processo é o advogado. Não vamos defender, nem acusar. Esse é o nosso papel. Então, vamos entregar ao nosso Relator, ele pediu para colocar quem disse que é esse produto que, naquele momento, estava vindo daquelas duchas de lavagem de carros, de detergentes, no nosso rio. O crime ambiental é muito grande e não podemos nos abster em nenhum momento. O engenheiro ambiental deles me ligou e eu dizia que, em nenhum momento, fazia mal sermos corretos. Esse é o objetivo da Comissão e quero agradecer a todos da Comissão.

Entrei com um projeto, hoje, para que nas praças de pedágio das nossas estradas do Paraná tenha banheiro, para que dê a mínima estrutura aos nossos caminhoneiros, ao nosso povo que viaja pelo estado do Paraná, mesmo sendo alto o preço do pedágio. Não sou contra o pedágio, sou a favor, porque onde existem as estradas de pedágio é bem melhor de viajar, mas o preço é alto. Então, que dêem a mínima estrutura aos nossos caminhoneiros do estado do Paraná para que tenham essa estrutura, para que tenham estacionamento e tenham banheiros, também, para todos os usuários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Dr. Batista.

Deputado Dr. Batista (PMN)

O SR. DR. BATISTA

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus; Sr. 1º Secretário, Deputado Jonas; Sra. 2ª Secretária, Deputada Luciana Rafagnin; Sras. Srs. Deputados; imprensa.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna com uma preocupação muito grande, hoje, não só com a cidade de Maringá, e sim com toda a nossa região. Eu tive a satisfação de fazer uma palestra de Medicina Preventiva para todos os funcionários do aeroporto de Maringá. Lá estavam todos os funcionários da TAM - Transportes Aéreos Marília - foi uma grata satisfação, uma palestra de informações, de prevenções de moléstias infecto-contagiosas e vimos naqueles funcionários uma alegria muito grande em defesa daquela grande companhia aérea. Domingo passado, ao embarcar, todos os funcionários estavam cabisbaixos, preocupados com o anúncio da TAM.

Vejam bem, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a TAM vai deixar de operar em Maringá, e quando se fala em Maringá, está se falando em toda a região. Temos o Deputado Teruo Kato, o Deputado Nishimori, a Deputada Cida, o Deputado Jonas, que vêm sempre de Maringá, Deputado Cheida, às vezes quando não dá teto vai direto para Maringá, todos realmente usam essa companhia aérea. E, agora, sem mais, sem menos, sem saber quais são as causas, as complicações que darão para a cidade, para a nossa região, sem mais, sem menos, a

TAM cruza os braços, avisa aos seus funcionários: “Deixaremos a cidade de Maringá e toda a região”. Isso é muito preocupante.

Uma Comissão estará em São Paulo amanhã, sob o comando do Prefeito Sílvio Barros, para tentar reverter essa situação. E com isso, Presidente Nelson Justus, gostaria de pedir apoio para o senhor e para os Deputados - o senhor que é um grande Presidente, que gosta do ser humano, o senhor que está sempre do lado de quem é menos favorecido pela sorte, que nos dê uma mão para que Maringá e toda a região mantenha realmente essa companhia aérea na nossa cidade, porque não é fácil. Agora, todos nós temos que sair de Maringá para pegarmos o voo em Londrina, porque a TAM não vai mais operar em Maringá.

Então, Sr. Presidente, esse é um protesto que eu quero fazer aqui, hoje. Sei que vocês estão em Maringá, estão em toda a região, estão realmente muito preocupados, podem acreditar que todos os Deputados estão, principalmente aqueles que usam esse meio de transporte semanalmente. Precisamos que a companhia aérea faça uma revisão em todos os seus voos e pense no melhor para Maringá e toda a região.

Sr. Presidente, fazendo o complemento aqui do nosso discurso, quero agradecer muito principalmente o convite feito pelo Prefeito de Santa Fé, para que pudéssemos ministrar uma palestra sobre Medicina Preventiva naquele colégio. É impressionante o envolvimento, não em Santa Fé, estive também em Mandaguari, em Maringá, o envolvimento de tantos jovens com o álcool e com as drogas.

Quando se diz drogas, qual é o primeiro pensamento nosso? São as piores existentes. Uma das piores drogas existentes são da automedicação, são as pessoas que realmente têm uma farmácia em casa, aqueles que se medicam, aqueles que em qualquer dor são auto-suficientes, parece que têm um conhecimento grande de Medicina para poderem se medicar. Aí dá grandes complicações. Quando procura o profissional da Saúde, as coisas realmente não dão mais certo ou complicam demais. Daí o profissional não consegue chegar a um diagnóstico.

Fazendo essa palestra lá em Santa Fé, fiquei muito emocionado com os Diretores dos colégios, com os professores...

(É cortado o som - um minuto para concluir)

... professor Flávio, fiquei muito feliz com a receptividade do Colégio Arthur da Costa e Silva, de todos os alunos, a qual vou agradecer hoje de público, aqui diante de todos os Deputados, porque fomos aplaudidos de pé por um serviço prestado em Maringá, Sarandi, Paçandu, Santa Fé, Mandaguari, em toda a região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Deputado Nelson Justus, colega Cida Borghetti, a quem homenageamos pelo imponente pronunciamento sobre o Dia Internacional da Mulher, Deputado Jonas, nobres Deputados, membros da imprensa, inicialmente nossa homenagem a alguns colegas Deputados do PT, Professor Luizão, Deputada Luciana Rafagnin, Deputado Tadeu Veneri, Deputado Péricles de Mello, Deputado Pedro Ivo, porque a matéria que vamos comentar aqui, que está estampada no jornal O Globo, evidentemente não reflete a postura, quero crer até o pensamento dos nobres colegas do PT, nesta Casa.

Paguei caro até por esse jornal O Globo, de domingo, R\$ 9, não sabia que era tão caro assim, mas é um grande jornal. Aqui, Presidente, o jornal traz uma matéria que mostra uma mudança no Fundo Partidário, que é um dinheiro público e que é dado para os partidos projetarem a sua linha doutrinária, a sua linha programática, pagar despesas com diretórios, escritórios, telefones, etc, num país pobre como o nosso, em que o salário-mínimo subiu para R\$ 13,80 - que vergonha - por dia!

Vejo aqui, Presidente Nelson Justus, que esse Fundo Partidário tem que ser alterado com urgência, porque é o dinheiro público, num país que falta médico, falta remédio. Tem gente que não tem dinheiro nem para comprar um óculos, uma cadeira de rodas, uma perna mecânica, um braço mecânico e nem dinheiro para comprar uma muleta. Tem gente que o caminhão de gás passa na porta, a pessoa não tem dinheiro. Milhões de brasileiros com o telefone cortado porque não têm dinheiro.

Há este lei que fala do Fundo Partidário, cujo dinheiro - acho que o critério tem que ser alterado - é dinheiro do povo. Isso não envolve só o PT. Não li toda a matéria, são várias páginas, mas ela fala de vários partidos.

Fala aqui, Deputado Carlos Simões, todo respeito a V. Exa., que o partido de V. Exa. usou o dinheiro do Fundo Partidário para pagar banquete, frota de carro, etc. O partido da nobre colega Rosane Ferreira, nosso respeito, tenho certeza que V. Exa. não comunga com isso, o PV, além de banquete com dinheiro público, também está aqui no jornal, contratação de buffet, comprou sacarrolha com o dinheiro do Fundo Partidário. Talvez seja para usar o sacarrolha para dar aula de política para o povo, pode ser.

Daí vem o mais sério do Partido dos Trabalhadores, que volto a repetir, creio muito que isso não traduz, não reflete a formação política dessa ilustre e valorosa Bancada do PT, o PT, pasmem os senhores, num país de miséria, usaram do Fundo Partidário R\$ 39 milhões e 300 mil para contratar garçom, garçonete, R\$ 39 milhões em comida, R\$ 39 milhões em champanhe e vinho com o dinheiro. Mas que bebida é essa? Gostaria de conhecer! Acho que dá para tirar uma fotografia! Que prato caro é esse? Diz que aqui foi para comemorar o 26º aniversário

do PT: R\$ 39 milhões em comida, garçom, garçonete. O PT gastou R\$ 39 milhões e 300 mil, comprou para esse jantar de aniversário 220 garrafas de vinho e 120 garrafas de champanhe, servidos num banquete.

Não é crítica a partido nenhum, é o mau uso do dinheiro público para quem sabe o Governador mudar esse Fundo Partidário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra Deputado Edson Strapasson.

Deputado Edson Strapasson (PMDB)

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Estamos encaminhando hoje, demos entrada à Mesa a um projeto de lei que considero de grande importância e desde já gostaria de pedir o apoio dos Srs. Deputados, bem como a maior celeridade possível, tendo em vista que como num pronunciamento da semana passada, falava exatamente a respeito das dificuldades operacionais que o Governo do Estado do Paraná está tendo e creio que muitas Prefeituras têm esse problema.

Quando você coloca uma obra em licitação, aparecem muitas vezes empresas aventureiras, que sem responsabilidade muitas vezes cotam um preço inferior à sua capacidade técnica e financeira de realização e, posteriormente, ou por desinteresse, ou por má-fé, acabam conduzindo a obra de forma a não cumprir o estabelecido no contrato, tanto em termos de cronograma físico, quanto em termos de qualidade técnica, acabam descumprindo a lei e o estado do Paraná se vê muitas vezes numa situação difícil, porque de um lado o cidadão, a pressão social é grande no sentido de que a obra seja concluída num prazo estabelecido; de outro lado vemos os meios de comunicação, também, fazendo a sua parte e realmente mobilizando e fazendo esclarecimento. E vemos, muitas vezes, o estado, que é o Poder onde a angústia maior é no sentido de não poder cumprir o contrato, não por sua vontade, mas sim por má condução, por inidoneidade ou má-fé de uma empresa irresponsável, acaba o Governo do Estado se vendo pressionado até por estas empresas, muitas vezes querendo alegar necessidade de aditivos, querendo melhorar o preço e muitas vezes acaba atrasando a obra, fazendo com que o estado acabe pedindo uma rescisão administrativa, de forma a evitar um conflito judicial, que acabaria demorando mais tempo.

É neste sentido, exatamente, que estamos propondo um projeto, no sentido de dar mais clareza e maior firmeza na aplicação da Lei nº 15608/07, aprovada no ano passado, de iniciativa do Poder Executivo, lei esta que estabelece normas de licitação, de contratos e convênios no estado do Paraná.

A nossa proposição interfere, exatamente nos artigos 152, 154 e 156, propondo, não como diz a lei, que poderá ser aplicada a multa, que poderá ser aplicada uma penalidade e que poderá ser declarada a empresa inidô-

nea. Estamos deixando claro, através da nossa proposição, que a empresa será declarada inidônea caso não cumpra aquele contrato pelo qual ela se habilitou, teve tempo de estudar, assinou um contrato, para que haja o temor da penalização, seja de uma multa, seja na proibição de poder participar de licitação do estado, durante dois anos, seja na declaração de inidoneidade que, com certeza, vai penalizar de forma consistente a empresa.

Portanto, este projeto é importante, na medida em que vemos muitas obras paralisadas. As empresas abandonaram e o povo está sofrendo, a exemplo do que acontece na duplicação da Estrada da Ribeira, em Colombo, e creio que muitos outros locais no Paraná, também temos esta dificuldade e os Deputados são, muitas vezes, cobrados, o Governo é cobrado e a empresa irresponsável continua - pasmem, senhores - muitas vezes realizando outros contratos e sendo contratada em outras ocasiões, porque o gestor público, muitas vezes acaba não se comunicando ou não cumprindo aquilo que seria correto, que é o dever de declarar inidôneas aquelas empresas que estabelecem contratos, penalidades legais às empresas que não cumprem o contrato estabelecido.

Esta legislação, creio que dará uma pressão maior, fazendo com que aqueles que participam de licitações públicas estabeleçam contratos com o Governo do Estado possam ter, acima de tudo, independente do preço que cotaram, não podem alegar dificuldades ou erros de cotação. Contrato é contrato e tem que ser cumprido conforme a lei. Caso contrário, multa e penalidades, e a declaração de inidoneidade, que vai expurgar essas empresas do rol de licitação das empresas que prestam serviços ao estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sexto e último orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna para falar de dois assuntos que reputo de muita importância. O primeiro deles é que no dia de amanhã o Supremo Tribunal Federal estará julgando uma ação de inconstitucionalidade que o ex-Procurador Geral da República, Cláudio Fontellis, questiona a chamada Lei de Biossegurança no Brasil. Ele questiona o uso das células tronco nas pesquisas em seres humanos aqui no Brasil.

Todos sabemos que células tronco são células, também chamadas de pluripotentes, que podem se transformar em outros tipos de células.

A pesquisa no mundo está avançadíssima, trazendo uma série de situações de otimismo acerca de problemas como: diabetes, doenças neuromusculares, Mal de

Parkinson e agora, recentemente, poder sanar problemas como as lesões medulares.

O Brasil não pode ficar fora dessa discussão. É um absurdo imaginarmos que o nosso país, que avançou tanto com a Lei de Biossegurança, venha retroagir nessa questão tão séria, alijando o nosso país deste clube, vamos assim dizer, e países que pesquisam sobre as células tronco.

Muitas vezes se mistura religião com política. Isso já aconteceu na Idade Média, e naquele tempo total de obscurantismo a ciência não avançou. E tampouco a religião progrediu como se esperava.

A ciência chega a uma possibilidade grande de explorar um campo vasto com as células com mais de três anos de fecundação. Estão lá congelados, com a autorização dos pais. Foi uma lei aprovada com mais de 96% da presença e do consentimento dos Parlamentares do Congresso Nacional, em março de 2005.

Não podemos retroagir! Penso que esta Casa deve se posicionar. Sei que não vai mudar a cabeça do Ministro do STF, mas é fundamental que o Paraná não se perca em outras discussões e não mire numa questão que é vital para o povo brasileiro, para a nossa nação e, quiçá, para o mundo. Até porque, recentemente, foi um brasileiro lá no Japão, que fez um camundongo andar depois de ter a coluna seccionada, com pesquisa de células tronco. Foi um brasileiro que mostrou que o Brasil tem o que ensinar para o resto do mundo. Peço aos companheiros que nos apoiem em aprovar esse requerimento no dia de hoje, enviado à Ministra Ellen Gracie, manifestando o apoio à Lei de Biossegurança.

Também o que me traz à tribuna hoje é sobre um dado que reputo bastante. Temos três rios no Paraná: o Tibagi, o Ivaí e o Piquiri. Nenhum deles barrageados até hoje. São rios considerados virgens, rios que precisam ser preservados. Estou protocolando, então, três projetos de lei que promovem o tombamento como patrimônio histórico, cultural e ambiental do estado do Paraná o rio Ivaí, o rio Piquiri e o rio Tibagi. É o tombamento, portanto, de três grandes rios do nosso estado, rios que são fundamentais para o clima, para o solo, para a sociedade como um todo e que, no nosso entendimento, não devem ser mudados do ponto de vista de grandes mudanças, sejam gerais ou locais.

Sei que essa discussão dará muito “pano pra manga”, mas acho que temos que encarar esse desafio. Não fazemos mais de rios como esses, os três rios interiores, Tibagi, Ivaí e Piquiri, rios que possam vir a ser alterados, mantendo assim esse patrimônio natural.

Obrigado!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Gostaria de anunciar, com satisfação, a presença da Chefe do IAP de Cascavel, Sra. Marlise da Cruz. Seja bem-vinda!

Passa-se ao Horário das lideranças.

PDT. Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Carlos Martins.

Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Todos estamos acompanhando a questão do Instituto Médico Legal, o IML. Não vai ser, na nossa opinião, colocando viatura de Polícia dentro do IML, colocando soldados com metralhadora no pátio do Instituto Médico Legal, que vão conseguir esconder os verdadeiros números, os números da violência, principalmente em Curitiba e região metropolitana. O Governo não quer que a população fique sabendo o que, realmente, acontece em termos de falta de segurança. Isso é gravíssimo. Os jornalistas não podem mais adentrar o Instituto Médico Legal.

Não vou entrar na questão das funerárias, até porque precisava colocar um pouco de ordem nessa questão. Então, o Governo está de parabéns. No entanto, a questão da imprensa, do ir e do vir, aí não podemos permitir que se dificulte e que não deixe a sociedade saber o que realmente acontece. Tudo isso foi resultado daquele final de semana trágico, em Curitiba, com 44 mortes, sendo 27 assassinatos. A partir daí, começaram a fazer uma estratégia para tentar esconder, escamotear os verdadeiros números da falta de segurança em Curitiba e região metropolitana.

Quero fazer um apelo ao Líder do Governo, Deputado Romanelli, para que o Governo facilite o trabalho da imprensa. Acho que é da maior importância. Não se trata de sensacionalismo. Não é isso. Volto a repetir: na questão das funerárias, Deputado Romanelli, eu não entro, até porque era preciso colocar ordem na casa, mas aí dificultar o trabalho da imprensa, dificultar que um repórter, um jornalista divulgue aquilo que realmente está acontecendo, aí é preocupante. V. Exa. pode até pensar: “Ele está falando isso porque tem uma emissora de rádio que é líder em audiência, a rádio Banda B, e precisa levar essa informação para o povo”. Também, mas falo também pelos demais companheiros, pelos demais empresários da comunicação, lembrando sempre que estou Deputado, sou radialista e defendo a minha área com vigor, não fazendo chantagem porque não faz parte do meu estilo, da minha formação profissional e de vida que aprendi com os meus pais, espanhol e português, eu trouxe lá de casa. Meu nome é Luiz Carlos, porque o meu pai sempre foi contestador. O meu nome é Luiz Carlos, espanhol, por causa do Luiz Carlos Prestes. A minha geração de Luiz Carlos é em homenagem ao Luiz Carlos Prestes. Se pegarmos o nome do Deputado Caíto Quintana, vamos ver que é Luiz Carlos Quintana, por causa do Luiz Carlos Prestes. Esse tipo não sei fazer e não faço também da nossa emissora de rádio, porque ela tem mais de 70 fun-

cionários, são 70 famílias que dependem dela. Ela é uma empresa e como tal tenho que tratá-la. Não podemos sonegar informação para os nossos ouvintes.

Concedo um aparte ao Deputado Romanelli, com o maior prazer.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Uma coisa que temos que desfazer é um preconceito em relação aos espanhóis. Tentou-se estereotipar o espanhol como uma pessoa esquentada, nervosa e rai-vosa, por conta dos imigrantes que vieram refugiados da guerra civil espanhola. Criou-se um estereótipo do espanhol, que ele não é. Pelo contrário, o espanhol é uma pessoa articulada, trabalhadora e extremamente boa na convivência.

Por isso que V. Exa. tem essa característica, como bom filho de Jacarezinho, no nosso norte pioneiro. V. Exa. aborda um tema da maior responsabilidade, que sabe como radialista que é, conhece essa cidade como ninguém dos problemas que infelizmente estávamos tendo no Instituto Médico Legal. A medida de intervenção foi para poder readequar o serviço. O Coronel Orcides foi nomeado com uma equipe, para poder articular de forma inteligente o atendimento do Instituto Médico Legal.

Nesta Casa estamos com um projeto de lei para poder abrir concurso para mais de 100 profissionais na área do IML. Os dados têm que ser públicos. É claro que não é a Polícia Militar que vai esconder cadáveres, se houver. A contagem de cadáveres tem que ser pública e divulgada. O que não podia continuar a acontecer é como estava o IML. A intervenção é reparadora.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Deputado Romanelli, uma questão de justiça, é importante essa troca de idéias aqui, e falar, “parlar”. Por questão de justiça, os investimentos no IML vêm faltando não só neste Governo, já vem de Governos anteriores e V. Exa. sabe disso. É preciso investimento maciço no IML, não só de Curitiba e região metropolitana, mas em todo o estado do Paraná. Esse investimento no ser humano, no profissional, as histórias que ouvimos sobre o IML são de arrepiar. Fizemos um programa especial, o “Aconteceu”, sobre o IML, que um médico dá vários depoimentos, de estar fazendo autópsia em um cadáver e olhar ao lado, o cidadão está ao lado olhando ele fazer. É arrepiante. É preciso, acima de tudo, não só pelo salário, é preciso vocação para encarar o dia-a-dia, o sofrimento. Ali é um muro de lamentações. O repórter da televisão, da rádio, vai não porque quer, é por causa do seu ofício e da sua profissão levar informações.

Fiquei feliz com a resposta do Líder do Governo. De maneira nenhuma a Polícia vai sonegar as informações ao público. Agora são duas informações por dia, uma às 9h e outra às 18h.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite-me um aparte?

(Assentimento)

Associar-me a V. Exa. que tem toda a razão. É importante que o IML possa divulgar os dados. É claro que não é isso que vai resolver. V. Exa. tem toda razão, tem todo o meu apoio. Eu acho que, acima de tudo, o IML deve propor sempre condições para que a imprensa possa divulgar.

V. Exa. tem nosso apoio.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Até porque a imprensa colabora muito, Deputado Nelson Justus, Presidente desta Casa.

Ainda no sábado eu ouvia, em Guaratuba, na Rádio Litorânea, o seu pronunciamento naquela emissora, que parou a cidade de Guaratuba. A cidade de Guaratuba parou para ouvir o Deputado Nelson Justus contando o que realmente estava acontecendo na cidade. O veículo de comunicação tem essa função social e não pode esquecer nunca essa função, que é da maior importância, de levar a informação. Agora, que é preciso um investimento maciço no IML, é preciso. Esse é um apelo que eu faço para o Governador Roberto Requião. Agora, é claro, volto a repetir, esse investimento vem faltando já de outros Governos, não vamos também aqui tapar o sol com peneira, esta é a realidade. Esperamos que isso venha a acontecer. É deprimente aquele ambiente do Instituto Médico Legal.

Agradeço pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PPS/PMN: com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Sras. e Srs. Deputados.

Por uma coincidência, Deputado Luiz Carlos Martins, estou com um material aqui, quando V. Exa. veio se pronunciar, eu atento ao seu pronunciamento, V. Exa. falou sobre Segurança Pública, e o assunto que me traz nesta tarde, Deputado Marcelo Rangel, à tribuna, é Segurança Pública. V. Exa. esteve conosco em Campo Mourão quando realizamos, junto com diversas lideranças, com Prefeitos e lideranças da nossa região, uma Audiência Pública para tratar do assunto Segurança Pública. Semana passada eu participei de um evento em Campo Mourão para a troca do Comando da Polícia Militar. Então, aconteceu, saiu o Comandante, aposentou-se, e entrou uma outra pessoa que vai assumir o comando. Mas, não é esse o assunto, desejo sucesso ao novo Comandante.

Quero falar é de uma notícia que estou vendo aqui pela imprensa: um ônibus foi tomado de assalto perto de Juranda. Vou ler a notícia, rapidamente, Deputado Traiano, porque não é a primeira vez que está acontecendo na região entre Campo Mourão, Ubitatã, Cascavel, ônibus sendo assaltados, e não estou vendo ação da Polícia para resolver isso e o Governo não está agindo, como se comprometeu na Audiência Pública. Um ônibus foi tomado de assalto por volta das 3h da manhã desta segunda-feira, portanto ontem, dia 3, na BR-369, perto de Juranda, região de Campo Mourão. Tem outros Deputados daqui que vão fazer campanha em Juranda, e agora peço ajuda. A ação teve início quando um automóvel Astra, preto, com quatro pessoas, ultrapassou o coletivo e parou bruscamente na frente do ônibus. Em seguida, os homens saíram armados do carro e apontaram para o motorista efetuando um disparo. O ônibus foi levado até uma estrada rural e os passageiros assaltados. Eles entregaram cerca de R\$ 25 mil em dinheiro, além de documentos, telefones celulares, roupas e outros objetos e ainda retiraram e levaram a bateria do ônibus. A ocorrência foi atendida na Delegacia de Ubitatã. A ocorrência, depois do assalto, depois que as pessoas foram assaltadas e provavelmente humilhadas, vocês imaginem o medo que passa uma pessoa em um ônibus, Deputado Marcelo Rangel!

Naquela Audiência Pública que realizamos em Campo Mourão, com a sua força, com o seu apoio e com a sua presença, está aqui o documento, fizemos um relatório, esse relatório foi em outubro do ano passado, em 2007. Esse relatório encaminhamos ao Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, ao Governador, ao Vice-Governador, ao Presidente da Assembleia, Nelson Justus, pedindo a eles que tomassem conhecimento e que nos ajudassem. Um dos compromissos que o Secretário da Segurança assumiu lá - ele não esteve presente, mas o Comandante da Polícia o representou naquele momento - foi que ampliaria o número de policiais naquela região. Compromisso ainda não cumprido. Já estamos no mês de março de 2008. Já vai para quase seis meses e ainda não temos uma solução com relação ao número de policiais, que é um dos itens que foi relacionado na Segurança Pública daquela região.

Ontem, quando vinha para cá, no carro ouvia uma notícia no rádio. A notícia dizia respeito ao Prefeito Gabão, aqui de Piraquara. Por coincidência é do meu partido, o PPS. mas, pode acontecer com Prefeitos do PMDB.

Aliás, lá em Juranda, o Prefeito não é do PPS. Era, foi para outro partido, na época a pedido do Governo.

Sofreu um atentado, assalto, levou inclusive disparos em seu carro, o Prefeito Gabão, aqui de Piraquara. Eu ouvi a notícia e o Prefeito dizia que é fácil ficar no ar-condicionado - isso para o Secretário da Segurança - e não conviver o dia-a-dia com o povo, o que está acontecendo. É uma realidade muito séria, gente, essa questão da Segurança.

Srs. Deputados, precisamos cada vez cobrar efetividade do Governo, porque na hora de se promover, na hora de discurso, é fácil falar. Queremos ação na prática. Faz seis meses que fizemos a Audiência de Segurança Pública, em Campo Mourão, envolvendo 25 municípios da região, dentre os quais Ubitatã. O que estou vendo aqui é que, mais uma vez, foi assaltado um ônibus, de madrugada. A Polícia se esforça, faz o seu trabalho, mas precisa de apoio do Governo. Precisamos de mais policiais de ação efetiva para que coíba a falta de segurança que temos na nossa região.

Concedo aparte ao Deputado Luiz Carlos Martins.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Até para contribuir com essa questão, estamos fazendo o levantamento. Todos temos pelo Corpo de Bombeiros uma grande admiração, um grande respeito.

Aquele episódio da Universidade Tuiuti, do fogo da Universidade Tuiuti, me chamou a atenção no dia seguinte. Vejo na primeira página do jornal, um bombeiro, um soldado com a mangueira, a água vinda da rua e ele jogando água na parede da Tuiuti. Caramba, mas o fogo é no meio da Tuiuti, tinha que estar jogando água no meio da Universidade Tuiuti, não na parede!

Fui descobrir, o Corpo de Bombeiros do Paraná, isso é uma questão de vida, segurança, só tem uma plataforma. Sabe qual é a plataforma? É aquela que sobe e tem aqueles braços. Não é escada magiros, é plataforma.

Então, imagino que se acontecer uma tragédia em Curitiba, ou em qualquer lugar do Paraná, não estamos equipados para proteger a vida. Estamos fazendo esse levantamento.

Agradeço enormemente este aparte.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Agradeço o seu aparte.

O assunto Segurança Pública, queria chamar a atenção aqui dos Deputados que fizeram campanha no município de Juranda. Por ali que sempre acontece, ali o Deputado Kielse foi o mais votado, ele que um dia desses disse que representa também Campo Mourão, fico muito feliz em saber disso, que é mais uma força de uma pessoa que pode nos ajudar. Agora quem está precisando é a região, especificamente o município de Juranda, porque têm acontecido esses assaltos ali próximos de Juranda e Ubitatã.

Com a palavra o Deputado Jocelito.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Douglas, morei em Ubitatã cerca de três anos. Há 18 anos atrás já existia assalto a ônibus, já era uma coisa tradicional naquela região, que a cada instante ocorre em função da rodovia 369, que é uma rodovia de grande fluxo de pessoas que vão a Foz do Iguaçu.

Realmente é uma região com problemas.

Outro dia até fiquei feliz, não sei se foi Maringá, Londrina ou Campo Mourão, vi a Polícia Rodoviária que

inventou um negócio de passar o Raio X nos ônibus. Até achei que aquilo era motivo para resolver tudo. E agora V. Exa. nos conta que teve mais um assalto.

Realmente é uma situação difícil, existem alguns focos de bandidos por ali que precisam ser eliminados.

Parabéns pela sua preocupação com a sua região temos o maior prazer de apoiá-lo.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Agradeço o seu aparte, Deputado Jocelito, e realmente preciso da sua ajuda. V. Exa. em Ubatuba, conhece aquela realidade e se lá atrás aconteciam assaltos, infelizmente os governantes que passaram não resolveram.

Agora como Deputado, defendo a região e tenho que cobrar deste Governo que está de plantão, para arrumar à Segurança Pública uma solução.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Também para parabenizar pelo seu pronunciamento. O assunto Segurança Pública é de grande importância para a discussão democrática aqui na Assembleia.

Lembro quando estive juntamente com V. Exa. em Campo Mourão, o senhor cobrou 40 policiais que eles prometeram e até hoje não cumpriram. Prometeram na Audiência Pública. E o senhor cobrou aqueles policiais que saíram de Campo Mourão para exercer função aqui no litoral.

Pois bem! Conheço o seu empenho diário aqui na Assembleia Legislativa, principalmente com relação a esse questão Segurança Pública.

Quero me somar ao seu trabalho, Deputado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Agradeço, Deputado Marcelo Rangel, e agradeço aos demais Deputados que nos apartearam.

Aqui tenho os documentos e estou acompanhando o dia-a-dia da Segurança Pública da nossa região.

Documentos que saem para a imprensa, documentos que saem para a Assembleia, está aqui o relatório da Audiência Pública. O que venho aqui nesta tribuna é cobrar efetivamente deste Governo.

Precisamos de mais segurança na nossa região, Campo Mourão, Ubatuba.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Só para registrar hoje algo importante na história de Ponta Grossa e nós, como representantes de Ponta Grossa e dos campos gerais, não poderíamos deixar de

homenagear os 50 anos do curso de Direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa hoje à noite faz uma Sessão Solene, uma oportunidade em que homenageia esse curso que há 50 anos vem formando jovens, bacharéis, advogados, vem formando alunos, jovens do Brasil inteiro que se tornaram grandes advogados, outros migraram para outras linhas e assim por diante.

Hoje às 19h vai acontecer lá em Ponta Grossa, na sede do auditório da Universidade, a homenagem pela instalação do curso que aconteceu em 1958.

Muito importante para a Universidade Estadual e com um detalhe: o curso recebeu nota 5 na última prova do ENADE, demonstrando que se encontra entre os melhores do país.

Srs. Deputados, até temos hoje, mais tarde, votos de congratulações ao Professor João Carlos Gomes, atual Reitor, aos professores, valorosos professores da Universidade Estadual, que também muitos deles e outros professores ministram aulas em outras universidades em Ponta Grossa, em função do belo desempenho da nossa Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Parabéns à nossa Universidade, ao curso de Direito, 50 anos formando jovens, formando meninos e meninas que passam a ser importantes advogados neste país. Alguns, claro, não seguiram o Direito, mas estão em outras profissões e também ao mesmo tempo continuam honrando nossa universidade.

Então, fica este registro, neste dia, nossa homenagem a esta bela universidade, a este curso de Direito, 50 anos formando jovens. Nota cinco na prova do ENADE. Parabéns a nossa universidade. Parabéns aos nossos acadêmicos, aos professores, parabéns aos jovens que lá se formaram e que jamais esquecerão deste dia. Jamais se deve esquecer o dia em que se torna alguém na vida, através do ensino superior. Parabéns ao curso de Direito da universidade, 50 anos.

Também com alegria quero registrar que na quinta-feira até discutimos aqui no plenário a respeito daquela jovem que precisava de um leito de UTI neonatal em Ponta Grossa. E para alegria de todos e principalmente da mãe, Tatiane, temos um menino que está na UTI neonatal, de seis meses, passam bem. A mãe já saiu do hospital. Aquela parte mais importante: a vida sendo salva. Agradecer ao Dr. Adroaldo, que vem fazendo um grande trabalho na Regional da Saúde de Ponta Grossa.

E também queria fazer um registro, cumprimentar V. Exa. pelo painel. Já recebi alguns dados, acho até que V. Exa. não viu estes dados, não tenha divulgado. Mas, me animei. Peguei um dado, V. Exa. disse que eu podia pegar e peguei, logo que cheguei, hoje, das sessões do dia 11 até o dia 29, sessões plenárias desta Casa, realizarmos 11 sessões. Das 11 sessões, 21 Deputados compareceram em 100% das sessões. Dos 54 Deputados, 21 compareceram 100% das sessões. Sendo que 16 compareceram nove vezes das 11 e duas ou uma justificaram.

Portanto, 16 Deputados justificaram 100%. E dos 16 Deputados, compareceram 100% nas sessões, sendo que com a justificativa apresentada por cinco Srs. Deputados, temos, em plenário, do dia 11 até dia 29, no mês de fevereiro, 21 dos 54 Deputados, 21 presentes 100%. É o painel eletrônico fazendo sua parte. Vale a pena o investimento do painel eletrônico. Aqui esta a prova. No final do ano tivemos apenas dois Deputados 100%. Agora, 21 Deputados. É o “São Painel Eletrônico”.

Para finalizar, gostaria de chamar aqui outro “São”. Queria convocar o Santo Dr. Roberto Requião. O Santo desatador de nós. Pelo menos assim ele gosta de ser chamado. Governador que pega os nós e desata. Queria convocar ele, que desata tudo, que desatasse o nó da URV dos funcionários do estado do Paraná. É tanta folia que acabo esquecendo, de vez em quando, que preciso continuar falando disso. Preciso continuar cobrando a URV. Porque afinal os tubarões receberam. Os magnatas do Paraná receberam. Só não receberam os pequeninhos. Só não receberam, ainda, os professores, os policiais, os membros do G. Só não receberam ainda os membros da Carta de Puebla. Estes não receberam. O Tribunal de Contas já pegou. Até os Conselheiros já receberam. Todo mundo já recebeu. Tribunal de Justiça, Ministério Público, quem não recebeu ainda são os funcionários mais humildes deste estado do Paraná.

A minha invocação, hoje, é para o nosso querido Santo Requião, desatador de nós. E aqui vemos o nosso coroinha Romanelli, sempre presente aqui, que faça sua parte e peça ao nosso Santo protetor do dia-a-dia. O coroinha protege o Padre. E V. Exa. está protegendo o Governador. V. Exa. podia nos ajudar nessa caminhada rumo a desatar esse nó. Seria a coisa mais brilhante deste Paraná o Governador pagar o URV. Ouvir ele dizer assim: “Sou o Governador da Carta de Puebla, vou pagar os funcionários. Vou respeitar os mais humildes. Sou o Governador dos pobres.”

Espero que o nosso “são” Requião, “santo desatador de nós”, desate esse nó. Já tem até precatório expedido. É só pegar o dinheiro e pagar os funcionários mais humildes, porque os magnatas já receberam. Agora, o policial, o professor, o funcionário público deste estado ainda não viu a cor do dinheiro. Esse é o funcionário que dá duro todo dia. Funcionário da Carta de Puebla. É o funcionário mais humilde do estado do Paraná.

Estarei, a partir de hoje, todos os dias vigilante, cobrando, rezando, se preciso for. Nossa Senhora Aparecida ilumine nosso Santo desatador de nós Roberto. Roberto, Santo dos pobres, a pagar os pobrezinhos que não receberam a URV. Amém, amém! Governador, pague os mais pobres!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)
Bloco PSB/PRB/PV.
(Declina)

No horário dos Democratas, com a palavra o Deputado Plauto Miró.

Liderança do Partido Democratas: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Semana passada estivemos nesta tribuna para falar sobre o pagamento de uma desapropriação que a SANEPAR fez, de um terreno em Piraquara. Nesse terreno ela construiu mais uma barragem, a segunda em Piraquara. O que nos chamou a atenção é que o terreno foi avaliado pelos peritos da SANEPAR por R\$ 595 mil. E a SANEPAR depositou, como pagamento desse terreno, R\$ 2 milhões e 300 mil.

Essa diferença de valor, quatro vezes maior do que aquele avaliado, chamou a atenção dos paranaenses. Tomou o espaço nos meios de comunicação e, gradativamente, criou-se uma polêmica. Polêmica onde o Presidente do Conselho da SANEPAR questionou esse valor, disse que o Conselho não havia autorizado o pagamento. Enfim, criou-se um grande imbróglio entre a diretoria da SANEPAR e os representantes do Conselho. Esses dados já são públicos. E a diretoria da SANEPAR está querendo demitir daquela empresa, e vou encaminhar à Mesa um requerimento pedindo algumas informações do funcionário perito que avaliou em R\$ 595 mil. O nome dele é Marcelo Cavalcanti Forte.

Vejam bem, tem alguma coisa errada aí, Repito: se o perito, funcionário de 30 anos da SANEPAR, avalia um terreno por R\$ 595 mil, daí o dono do terreno diz: “Oh, é pouco, vejam aí se conseguem fazer uma outra avaliação”. Daí não mais os peritos da SANEPAR, funcionários de carreira que por 30 anos estão lá fazendo avaliações, mas a SANEPAR vai e contrata uma empresa privada chamada Patrimônio. Ela contrata essa empresa, ela faz a avaliação e encontra o valor de R\$ 2 milhões e 300 mil. Meu amigos, tem alguma coisa errada. Pior: aquele que avaliou por R\$ 595 mil está sendo mandado embora. Passem, tem alguma coisa errada.

Temos que buscar informações, trazer à luz essa denúncia que circulou nos meios de comunicação e que soou, aqui nesta tribuna, nesta Casa, para podermos mostrar quem é que está certo. Será que foi o perito que avaliou por pouco ou a empresa privada é que foi contratada para avaliar por quatro vezes mais um terreno?

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Plauto, fico feliz em vê-lo abordando esse assunto porque é gravíssima essa denúncia, já foi levantada pela Oposição. V. Exa. se aprofunda no caso e traz esse fato que aumenta a gravidade porque dentro da BGE existe um setor para avaliar as desapropriações. Por que contrataram uma empresa privada e por que pagaram tão rápido?

Ouvimos, às vezes, a reclamação de Parlamentares do Governo de que estamos aqui só para denunciar. Não estamos aqui só para denunciar. Todo dia, eu imploro a Deus, rezo, faço minhas orações, para que este Governo erre menos, para que possamos chegar aqui e elogiar, mas, infelizmente, de pequenas coisas, de pequenos assuntos, eles transformam num escândalo. Por essa razão, quero dizer que esse assunto SANEPAR está muito mal explicado.

O que não consigo entender com esse número de escândalos, essa leva de denúncias, é que não vemos uma medida saneadora do Governador. Quem é o servidor que foi demitido por agir errado neste Governo? O que pode é ser promovido. Ocorre um boato, agora, que o Secretário de Comunicação, vamos chamar de Secretário de Comunicação do Governador Requião, parece que vai sair da Secretaria de Comunicação e vai ser promovido, não vai ser demitido.

Cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Dando continuidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vejam como é estranho: aquele que mostra os erros dentro do Governo do Estado é punido, aquele que aponta falcatruas, acaba sendo punido pelos dirigentes e pelo próprio Governador.

Vou trazer mais uma lembrança, Srs. Deputados: quem não se lembra do Leopoldo Campos, que era o Diretor-Técnico do porto de Paranaguá? O Leopoldo denunciou falcatruas, problemas na construção desse terminal de álcool, que hoje é a grande polêmica, que não funciona. O problema era com relação a dragagem do porto. Ele trouxe à tona e mostrou o problema. O Leopoldo foi mandado embora. Aquele que traz o problema à luz do dia é penalizado pelos atuais governantes, com posições radicais. Parece-me até em uma linha para intimidar os demais a falar e a mostrar coisas erradas. Acredito eu, que quem perde com tudo isso somos nós, os paranaenses, nós que vivemos no Paraná e que estamos acompanhando problemas e mais problemas, denúncias e mais denúncias. Poucos são punidos. Ou melhor, parece que são punidas aquelas posições de funcionários de carreira, que defendem o patrimônio público, esses sim são punidos pelo Poder Executivo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PT, concedo a palavra ao DD. Professor Luizão.

Liderança do PT: Deputado Professor Luizão

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Obrigado pelo Digníssimo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, quero lamentar uma declaração do nosso Ministro da Agricultura, na Gazeta do Povo, que diz que a eleição em Curitiba já estaria definida, mesmo sabendo que o seu filho é um dos pré-candidatos do PMDB a essa vaga. Acho que ele está equivocado no que fala. Ele deve estar muito em Brasília e não tem acompanhado a política daqui. Porque a nossa pré-candidata Gleisi está muito bem. Diga-se de passagem, o Álvaro Dias na última eleição já havia ganhado, mas, se quando a campanha começou para valer, se tivesse mais uma semana de disputa, não sei não se nossa candidata não teria ganhado a eleição. Acho que ele faz parte de um Governo do Presidente Lula. O PT é um partido importante. Vai disputar bem, com certeza, com a Gleisi a eleição. O PMDB do qual ele faz parte tem nomes respeitáveis, que deverão ser candidatos também. Acredito que ele foi infeliz na sua declaração e poderia ter ficado quieto nessa situação, talvez, no que seria a melhor escolha.

Fomos provocados, ontem, em relação ao salário-mínimo. Devo esclarecer algumas coisas em relação a isso. Primeiro, para se conseguir algum aumento no passado, as centrais sindicais teriam que fazer uma melhor movimentação, fazer passeata e carreata. O Governo Lula fez uma negociação com as centrais sindicais e, agora, ele está seguindo o que foi acordado. Conforme foi anunciado pelo Governo, nesse ano, a partir de 1º de março, o salário-mínimo será de R\$ 412, em um aumento de 8,52% a mais do que o atual - significa um aumento real de 3,7% acima da inflação. O reajuste dá continuidade à valorização dos últimos anos. De abril de 2003 até agora, o aumento real do salário-mínimo é de 35%. Também o acordo com as centrais sindicais prevê que o cálculo do índice de reajuste deste ano, vai considerar a variação do crescimento do PIB dos dois últimos anos, de 2006 e 2005, somados à inflação do último ano, com base no INPC.

Ainda mais, em 2009 o salário-mínimo será antecipado para 1º de fevereiro e em 2010, para 1º de janeiro. Esse também é um encontro com as centrais sindicais. Diga-se de passagem, que antes o salário-mínimo era em maio e os trabalhadores somente recebiam em junho. Em 2010, com essa progressão, os trabalhadores vão receber o aumento, o reajuste do salário-mínimo no mês de janeiro. O salário-mínimo, sabemos que a maioria dos trabalhadores não recebe pelo salário-mínimo, mas uma grande quantidade, ou seja, 17,08 milhões de assalariados são remunerados pelo salário-mínimo e mais 17 milhões de aposentados, recursos que são injetados na economia todo o mês, recursos pagos pelo Governo, o salário-mínimo no caso dos aposentados e pensionistas. E o Governo, é claro, está na sua política de, principalmente, geração de emprego, valorização do salário-mínimo, porque o Governo considera que o salário-mínimo valorizado acima da inflação é um grande meio de distribuição de renda.

O Sr. Elton Welter (PT) (Aparte)

(Assentimento)

Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento.

Deputado Luizão, o que existia no país é um pacto do Presidente da República com a base aliada em fazer os oito anos de Governo proporcionando renda acima da inflação para o salário-mínimo, sem titubear. Por isso, que ano a ano sobe o salário-mínimo e também se aumenta o poder de consumo. Não é à toa que o consumo, a engenharia da economia, ela realmente pegou o rumo certo, o poder de consumo do povo aumentou e os economistas têm usado o termo de que há realmente um momento histórico no país, onde, de fato, está havendo a distribuição de renda e o poder de consumo aumentando.

Não tenho dúvida que tão logo se encerre o mandato do Lula, que são mais três anos, todo ano vai ter aumento de renda. E esse compromisso com as centrais sindicais se dá a partir dessa decisão de Governo, de proporcionar ano a ano aumento de poder de compra. Por isso que as pessoas que são assalariadas sentem no bolso, e confirmo quando pergunto a elas, como a vida melhorou.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

O resultado da política econômica e da distribuição de renda e o crescimento que o Brasil está tendo é alta avaliação do Presidente Lula na última pesquisa que se fez, 66%, o Presidente Lula foi avaliado, e o Governo também, 52%. Foi a melhor desde 2003. Significa que a população, apesar das críticas, apesar de uma parte da imprensa, que de longe retrata a realidade, o que realmente acontece e as políticas do Governo, o Presidente está muito bem e, é claro, isso reflete que a população está sentindo que as coisas estão melhorando, principalmente a geração de emprego.

Lembro que quando o Governo assumiu, as pessoas estavam desempregadas, não tinham como arrumar um emprego. Enfim, o Governo atual já gerou perto de 7 milhões de empregos, sendo que somente em 2007 a geração de emprego atingiu 1 milhão e 500 mil novos postos de trabalho, sendo 587 mil na área de serviços, 405 mil no comércio e 400 mil novos empregos na indústria de transformação.

O Sr. Elton Welter (PT) (Aparte)

(Assentimento)

V. Exa. se pronunciou com relação à posição, espero que não seja uma posição real, o Ministro Stephanes, também quero criticá-lo aqui de público, é Ministro do PMDB. Não tenho dúvida que a desenvoltura da Gleisi Hoffmann aqui em Curitiba, isso mostra, sinto que já elegeram a Gleisi como adversária. Espero que o Ministro - não seja a posição do Ministro - mas estamos vendo que a Gleisi ganha apoios de lideranças de vários agrupamentos políticos nesse processo pré-eleitoral, isso para nós é muito importante. Então, a candidatura da Gleisi vem com muita força e poderá, sim, com muito

jeito, como foi a campanha para o Senado, que foi um crescimento extraordinário, deverá ser assim na capital.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Elton Welter.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB) (Aparte)

(Assentimento)

Obrigado, Professor Luizão. Apenas para dizer que o Ministro está certo, o PMDB ainda não definiu a sua candidatura na capital, por isso é que ele diz o que diz. A hora que o PMDB entrar em campo, fatalmente o quadro muda e aí não vai ter Gleisi, não vai ter Beto Richa e não vai ter ninguém. Está certo que somos lá do norte do Paraná, mas acho, Presidente Nelson Justus, que o Ministro não quis dar um de "João sem braço" aqui, ele falou muito claramente, porque o PMDB ainda não tem o seu candidato. Mas não tardará e sem dúvida nenhuma será digna de nota, a campanha que o PMDB vai fazer na capital, no primeiro turno e se Deus quiser no segundo.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Não tenho dúvida que o PMDB vai ter um bom candidato, com certeza, para disputar em Curitiba, à altura desse partido respeitado no estado e no Brasil. Com certeza, no segundo turno, vamos precisar muito desse apoio do PMDB para eleger a nossa companheira Gleisi, Prefeita da capital.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

V. Exa. demonstra preocupação pela declaração do Ministro Stephanes, mas V. Exa. tem que analisar que um homem que já foi quantas vezes Ministro, um homem que já foi quantas vezes Secretário de Estado, um homem que tem a capacidade que tem o Ministro Stephanes...

(É cortado o som - um minuto para concluir)

... há de se reconhecer que ele tem uma vasta experiência.

Nós do PSDB não escolhemos adversários. O que nos preocupa não é a Gleisi, não é a candidatura do PMDB. O que nos preocupa é o modelo e o insucesso que estão querendo trazer de Londrina para Curitiba.

Obrigado pelo aparte.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Deputado Rossoni, quero entender a declaração do Ministro Stephanes com uma brincadeira. Com certeza, acredito que ele fez uma brincadeira. Com certeza, acredito que ele fez uma brincadeira, ele deve reconhecer que vai ter uma grande disputa em Curitiba. Tenho certeza que não tem nada definido ainda.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário do PSDB, o Deputado Ademar Traiano.

Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Gostaria neste momento de chamar a atenção do nosso Líder do Governo, Deputado Romanelli, para que pudesse nos ouvir, até em função do pronunciamento que fizemos na tarde de ontem, com relação à redução da carga tributária, com relação à questão das empresas de confecções do Paraná.

Em função desse pronunciamento que fizemos na tarde de ontem, já como era de amplo conhecimento do segmento dessa área, fomos procurados, ainda na tarde de ontem, para conversar sobre o assunto, pelos diversos sindicatos que representam esse segmento. Como afirmei ontem, não temos a intenção de provocar o confronto com o Governo do Estado, pelo contrário, temos a leitura de que é fundamental mantermos os empregos aqui no Paraná e proteger a nossa indústria, com relação aos benefícios fiscais oferecidos por outros estados da federação.

Nessa linha de raciocínio, gostaria de fazer um apelo, Deputado Romanelli, a V. Exa. como Líder do Governo, para que nos auxiliasse no sentido de promovermos um encontro com o Secretário da Fazenda Heron Arzua, para encontrarmos uma solução com todo o segmento produtivo. Já conversei com V. Exa. hoje pela manhã, desta área têxtil do Paraná, setor de confecções, para buscarmos uma alternativa, para darmos a mesma igualdade de condições a esse segmento com relação aos demais estados da federação.

Concedo o aparte ao Deputado Romanelli, espero que V. Exa. já de imediato dê essa resposta.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Desde ontem que V. Exa. foi à tribuna e reconheço que fiquei sensibilizado, porque entendo que esta Casa aqui até como instrumento de defesa do empresariado paranaense. Não promovemos guerra fiscal, mas nos defendemos dela. E hoje pela manhã conversei com o Secretário Heron Arzua, expus o problema do setor, o que ele me disse literalmente: “Não fui procurado pelo setor para discutir esse tema”.

É sabedor do problema, mas as lideranças sindicais, empresariais, não o procuraram para tratar do tema, não procuraram o Governo e que ele ainda fez algumas considerações dizendo que no Mato Grosso há incentivos, os barracões não tem aluguéis e os salários de Mato Grosso são mais baixos do que no estado do Paraná e V. Exa. sabe disso.

Mas, de qualquer forma, o Secretário Heron Arzua está à disposição para receber as lideranças empresariais

do setor, discutir, para que possamos, se for necessário, nos adequarmos à realidade.

Seu pronunciamento tem fundamento, é um tema importante, e tanto que conversei com ele hoje pela manhã e posso publicamente lhe dar essa resposta de forma objetiva e podemos conversar com o Secretário Heron Arzua e marcar uma data que seja possível, inclusive, com a presença de V. Exa.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Agradeço, Deputado Romanelli. Gostaria de sugerir a V. Exa. se pudesse fazer esse contato com o Secretário, no sentido de agilizarmos essa nossa conversa, até porque haverá na semana que vem uma reunião aqui em Curitiba dos sindicatos do setor de vestuário, no dia 12, se pudermos agendar esse encontro para o dia 12 para fazermos esse estudo e esse trabalho.

O nosso projeto está aqui para ser apreciado a derubada ou a manutenção do veto.

Volto a reafirmar que não tenho interesse em estabelecer confronto com o Governo, mas, trabalhar aqui politicamente, Srs. Deputados, para a derrubada do veto.

Mas gostaríamos sim, de encontrarmos uma solução imediata para o caso. E se V. Exa. nos permitir, estaria sugerindo a data do dia 12. Se V. Exa. pudesse conversar com o Secretário e nos dar essa resposta.

O Sr. Reni Pereira (PSB) (Aparte)

Gostaria de sugerir a V. Exa. e ao Deputado Romanelli que fizessem o convite para que o Secretário Heron viesse aqui na Liderança do Governo, na presidência, tendo em vista que a solução, que é a mais próxima, visível para o setor têxtil aqui do Paraná, está aqui nesta Casa. E é perfeitamente possível que V. Exa. que elaborou o projeto - o projeto está demonstrando cabalmente que é viável alterar a alíquota do Paraná - para que o Secretário viesse aqui, já que a solução está aqui nesta Casa aguardando, e poder ser na Liderança do Governo, será muito bem recebido.

Aliás, o Secretário Heron Arzua é bem recebido sempre nesta Casa, é estimado por todos os Deputados.

Porque quem responde pela Fazenda certamente que é o Secretário Heron Arzua e ele terá bom gosto de vir aqui a convite do nosso Líder do Governo.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Obrigado Deputado Reni. Sei da contribuição que V. Exa. nos deu na elaboração do projeto, para análise Legislativa, técnica, com relação ao assunto. Aguardo a manifestação do Líder Romanelli, no sentido de agendarmos esse encontro.

O Sr. Elton Welter (PT) (Aparte)

O tema que V. Exa. trata é pertinente e importante para o estado. Uma coisa é clara, como V. Exa. é Líder do PSDB e tem uma reforma tributária tramitando no Congresso Nacional, e se acabasse com a guerra fiscal, certa-

mente não ocorreria esse leilão que ocorre em muitos estados para atrair investimentos. Temos que sustar, parar com essa guerra fiscal no país e as empresas precisam se instalar nos locais e nos estados, do ponto de vista logístico, do ponto de vista da infra-estrutura pode ser instalado. Onde não tem desenvolvimento o estado precisa proporcionar a infra-estrutura que daí as empresas vão por conta.

Precisa acabar com a guerra fiscal. Esse é o grande desafio da república neste momento e certamente o seu pronunciamento é bom, mas a solução para isso, para não ter guerra entre Governadores e entre estados é acabar com a guerra fiscal.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Reconheço sua preocupação e tenho a mesma compreensão e a mesma visão. Mas, não podemos permitir que nosso empresariado sofra em função de uma política lamentavelmente perversa, neste momento. Quero crer que a sensibilidade política do Governo haverá de encontrar mecanismos para resolver este assunto.

Quero fazer também, aqui, uma breve consideração, um comentário, com relação à matéria da Gazeta do Povo, na parte política do Paraná, que traz como machete a declaração do Ministro Stephanes, que ontem aqui esteve, dizendo que nosso Prefeito de Curitiba, Beto Richa, é imbatível nesta capital.

Como Líder do PSDB nesta Casa, não poderia deixar de manifestar, é lógico, minha alegria e meu contentamento...

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Deputado, só um aparte. Certamente ele é imbatível numa partida de tênis, no Contry Clube. Com certeza absoluta!

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Vou até rir um pouco da sua colocação, porque é perfeitamente compreensível. Não vou entrar neste jogo e nesta discussão, até porque conheço a capacidade intelectual, técnica, profissional, a eficiência deste homem respeitado em todo o país. Tanto é que o Governo Lula levou o Ministro Stephanes para ser o seu Ministro da Agricultura e ele está fazendo um extraordinário trabalho, há que se reconhecer, nacionalmente. O segmento produtivo reconhece o trabalho do Ministro Stephanes. É um homem que extrapola até os interesses de ordem pessoal e política. Já esteve em todos os Governos.

Portanto, uma declaração desta natureza, há que se reconhecer, que realmente ela tem grandeza e dá uma credibilidade enorme ao Prefeito Beto Richa, porque vem de um homem que tem um conhecimento político, profissional, de uma capacidade que realmente transcende qualquer interesse de ordem pessoal e política. E é um reconhecimento público de um Ministro a um jovem que realmente está crescendo politicamente neste estado. É a

grande referência deste estado. É um nome que incorporou toda a vida brilhante do seu pai, já falecido.

O Sr. Luiz Fernandes Litro (PSDB) (Aparte)

Queria sugerir a V. Exa. que mandasse um ofício ao Ministro da Agricultura parabenizando-o pela sua inteligência, pelo seu conhecimento da capital do estado. Como ele sempre foi Ministro e Secretário, parabenizá-lo pela sua inteligência.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Muito obrigado, Deputado. Realmente, tínhamos que manifestar, como Líder do PSDB, esta gratidão ao Ministro Stephanes, pelo reconhecimento a este trabalho magnífico, brilhante, reconhecido publicamente pela pesquisa aqui na capital, dando ao nosso Prefeito Beto Richa mais de 60% das intenções de voto e com certeza, pela humildade que tem o Prefeito Beto Richa, não vamos aqui dizer e afirmar taxativamente que é imbatível.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado à Liderança do PMDB, concedemos a palavra ao Deputado Waldyr Pugliesi.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero falar alguma coisa do meu partido. O PMDB é o maior partido do Brasil. O PMDB é o maior partido do estado do Paraná. Temos 399 cidades aqui no estado. Presidente, em 388 municípios, o PMDB está instalado de maneira definitiva, através de seus diretórios. E nos 11 municípios faltantes, temos comissões provisórias que elegerão, dentro em pouco, os seus diretórios municipais.

Estou ouvindo aqui o Deputado Ademar Traiano repercutindo afirmações que o Prefeito da capital é imbatível. O Beto Richa seria imbatível se ele colocasse a sogra do Ezequias como candidata a Vice-Prefeita. Aí eu acho que ele é imbatível. Nas atuais circunstâncias ele não é imbatível, não. O jogo ainda nem começou. A candidata do PT tem sim, possibilidade muito grande de chegar à prefeitura de Curitiba.

Nós do PMDB, que temos um acervo de realizações nesta capital ao longo de todos esse tempos, certamente, com seu candidato somará votos suficientes para termos um segundo turno. E, havendo segundo turno a história é outra.

Respeito às opiniões exaradas aqui nesta Casa pelo Ministro Stephanes. Amigo pessoal nosso e companheiro de partido. Lutamos para que ele fosse Ministro do Governo Lula.

Agora, quando ele faz essas afirmações, fala de maneira singular, particular. E, no meu entendimento,

sem conhecer a realidade daquilo que está acontecendo neste momento.

Vejam bem, quantos mil paranaenses que moram aqui na capital e se beneficiam do Luz Fraterna? Ou da tarifa social da SANEPAR? Quantas obras o Governador realizou aqui na capital? Como Prefeito ou como Governador? Então, o PMDB tem uma semente que está plantada em todas as ruas desta capital. Como tem também na região metropolitana. A análise feita pelo Ministro, acho que foi incorreta em relação a realidade objetiva que temos aqui.

Estava dizendo agora há pouco, quem falava em Barack Obama há seis meses? Quem seria a próxima Presidente dos Estados Unidos? A Hillary Clinton. Se a Hillary não fizer a retomada das vitórias que ela precisa, nem candidata ela será, por vontade dos eleitores do Partido Democrata.

As coisas não são definitivas. O Hamilton seria o campeão mundial de Fórmula 1. Onde está Raikkonen? O campeão mundial foi o Raikkonen.

Então, prevê aquilo que vai acontecer lá adiante. Parece um pouco precipitado, para não dizer outra coisa.

Acredito no trabalho da nossa militância. Acredito numa aliança que possamos fazer com os partidos que estão mais ou menos ideologicamente afinados conosco. Nós não somos de “entregar a rapadura”. Somos de luta. É essa a palavra de ordem dentro do PMDB. Se temos dificuldades eleitorais, elas vão aparecer lá na frente, concretamente, mas certamente a nossa presença vai enriquecer o debate político e temos, sim, candidatos, se trilharem o caminho certo, com uma bandeira que deve ser levantada de uma maneira muito clara.

Chego a conclusão, Sr. Presidente, que as eleições em Curitiba não estão decididas. Elas podem ter, neste momento, favoritos. Até eu, como peemedebista, que vivi muitas e muitas batalhas, me alegro quando aqueles que têm que disputar começam a andar de “sapatos altos”, dizendo que já ganharam. Não ganharam nada até agora, muito menos são imbatíveis na política. Não existe ninguém que seja imbatível.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Na realidade, ontem após essas declarações, falei com meu pai e brincando falei que iria chamá-lo de Luiz Fernando Guimarães, o supersincero, porque foi mais ou menos igual quando ele foi chamado ao Congresso para explicar a situação com a União Européia, da suspensão do embargo das produções do Brasil para aquele continente. Ele disse: “Não, o Brasil errou, assinamos um contrato com eles em 2000 que não devíamos ter assinado. Não cumprimos, exportamos carne que não deveríamos ter exportado”. Ele foi supersincero e acabou gerando um problema.

Agora, ele vem e diz assim: “O sistema de reeleição cria no Brasil, para todos, a facilidade da pessoa

ganhar a eleição.” Como regra, é claro que há exceções. Queremos criar essa exceção, mas ele foi supersincero no conceito dele e acaba gerando uma polêmica que eu brinquei com ele: “você é o Luiz Fernando Guimarães”.

Muito obrigado!

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Stephanes Júnior, incorporo seu aparte ao meu discurso e quero dizer o seguinte: além de supersincero, o Ministro foi superequivocado nessa afirmação que ele fez. Ninguém ganha eleição na véspera.

Lembro que começamos a fazer a campanha do Requião para a Prefeitura Municipal. Ele tinha 2, 3% das pesquisas e ganhamos a eleição para a Prefeitura. Lembro que o Governador Requião, quando disputou com o Lerner, o Lerner tinha mais de 60% das intenções de voto e a nossa militância, esse espírito de luta maiúsculo que o PMDB tem, o MDB doou essa qualidade para o PMDB, fez com que ganhássemos as eleições. Agora, veja bem: o Stephanes merece de minha parte o maior respeito, inclusive eu trabalhei com ele no Governo do Estado, eu Secretário dos Transportes e ele na Secretaria do Planejamento, fizemos várias dobradinhas eleitorais, mas me perdoe o Ministro, Sr. Presidente, ele foi superequivocado na avaliação que fez do quadro eleitoral de Curitiba.

Até agora, na realidade, temos um candidato com os meios de comunicação à sua disposição, com uma Bancada solerte e determinada a fazer a campanha dele. Nós, ainda, não temos nem a definição do nosso candidato à Prefeitura Municipal. As coisas poderão ser mudadas, desde que possamos, como falei no meu entendimento, empunhar a bandeira da transformação verdadeira da capital, que precisa um novo ou uma nova dirigente com uma visão diferente do que essa que está implantada na capital do estado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo: Concedo a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Senhor Presidente, fazer apenas alguns informes, em função daquilo que os Parlamentares, durante a Sessão, vão falando e, obviamente, nos exige que possamos responder pontualmente alguns dos temas. Conversei com o Líder do PSDB, Deputado Traiano, com o Secretário Heron Arzua e ficou confirmado para o dia 12. Só precisamos marcar o horário, que certamente será pela manhã, provavelmente, em função da Sessão. O Secretário Heron Arzua se dispõe a vir aqui, na Assembléia, como uma forma de valorizar este Parlamento. V. Exa. com certeza estará presidindo este encontro, para poderemos encaminhar o tema. Tomei a liberdade de utilizarmos a sala de reuniões da presidência da Casa, para que

possamos realizar esse encontro com os Líderes do setor têxtil, especialmente do setor de confecção, para que com o Secretário Heron Arzua possamos discutir uma política tributária, em função da empresa paranaense. Esse tema já está encaminhado.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Deputado Romanelli, agradeço esse gesto de grandeza de V. Exa., principalmente, do Secretário Heron Arzua, em atender esse apelo. Essa é exatamente a nossa função. Como Parlamentares, representamos as mais diversas regiões do estado do Paraná, os segmentos produtivos, enfim, todos os segmentos da sociedade. Cabe-nos essa função de legislar e reivindicar a favor do Paraná como um todo. Agradeço a sua intervenção imediata e pronta e há que se reconhecer o seu trabalho.

Portanto, não poderíamos deixar de manifestar e expressar a nossa alegria e o nosso contentamento. Estaremos no dia 12, aqui, com todo o segmento do setor do ramo de vestuário, nessa reunião, que espero e reafirmo que não é um confronto, mas para encontrarmos uma solução que possa proteger o empresariado paranaense.

Muito obrigado por sua intervenção.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria dizer que ouvi diversos pronunciamentos. Reconheço que há uma indústria do boato e da difamação feita por alguns dos integrantes desta Casa. Será que eu estaria radicalizando? Não. Estou dizendo o que penso, porque não é possível que em cima de boatos se façam pronunciamentos, como se fossem verdades o que está sendo discutido. Entendo que temos que ter muita responsabilidade naquilo que falamos e fazemos nesta Casa. Fomos eleitos representantes do povo, para expressar o nosso ponto de vista. Entendo que as pessoas, utilizando esse direito sagrado de liberdade de expressão, têm que pensar um pouco no que vão falar antes, para não cometerem uma impropriedade ou falarem alguma coisa que não seja verdadeira.

Sr. Presidente, dizer aqui, Deputado Reni Pereira, que ontem fez um apelo à Liderança do Governo, quero lhe dizer o seguinte: já está sendo providenciado o religamento da energia elétrica da comunidade indígena de Avá-Guarani, no oeste paranaense. Eles estão no Programa Luz Fraterna, mas o problema é que, efetivamente, a utilização da energia está muito acima dos limites previstos e, ao mesmo tempo, tem muitos “gatos” - para usar o português entendido por todos - ligações irregulares de energia. Mas, o Presidente da COPEL, Dr. Rubens Ghilardi, foi sensível à questão, até porque o nosso Governo tem se preocupado muito com a questão indígena. Já está sendo providenciado, até diria, não vou afirmar que já está religado, mas tenho certeza absoluta que já foi mandada, determinada a religação das economias que fornecem, enfim, energia para a comunidade indígena. E com isso resolvemos um problema.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a deferência de V. Exa., mas encerro por aqui o meu pronunciamento. Os outros temas trataremos do encaminhamento dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Parabéns, Deputado. Aliás, hoje, conversando com o Líder da Oposição, acho que seria de bom alvitre que conseguíssemos tornar as visitas dos Secretários aqui à Assembléia quase que permanentes, que pudéssemos, não apenas para investigações ou críticas, mas para que todos nós pudéssemos tomar conhecimento, discutirmos questões pontuais ou não. Acho muito importante a participação da Liderança do Governo, nesta oportunidade, para que possamos fazer uma interação entre a Situação e a Oposição neste caso.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, tendo em vista que temos a Lei de Responsabilidade Fiscal, o artigo 9º, parágrafo 4º, diz que cabe, compete ao Poder Executivo vir demonstrar, em Audiência Pública ou na Assembléia Legislativa, sempre nos meses de fevereiro, maio e setembro, e avaliar o cumprimento das metas fiscais. Quer dizer, estamos no início de março, de novo, e até o presente momento não sabemos se o Governo do Estado, através da Secretaria da Fazenda, já comunicou à presidência da Casa quando virá à Assembléia demonstrar para os Parlamentares e para a sociedade do Paraná aquilo que aconteceu no Governo do Estado no último quadrimestre, bem como também no exercício de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Cabe, Deputado Elio Rusch, a questão de ordem de V. Exa. e esta presidência avoca para si a responsabilidade nesse caso. Recebemos a correspondência do Secretário Heron Arzua, já passamos, inclusive, para a Mesa, há questão de uma semana ou oito dias atrás. Cabe a nós marcarmos a data. Exclusivamente, a Mesa não marcou a data porque estamos com algumas situações de falta de tempo e de condições, mas já houve, a responsabilidade é nossa para marcarmos a data, o Secretário já se colocou à disposição, aliás, através de um ofício.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Sr. Presidente, até que se pudéssemos fazer essa Audiência em uma terça pela manhã, uma quarta pela manhã, acho que seria...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Na realidade, tínhamos marcado hoje uma reunião das lideranças e também, por culpa da presidência, que tinha um compromisso fora, tivemos que adiá-la. Podemos discutir todas essas questões para afinarmos essas datas. Acho que não vamos ter dificuldade, não.

Com a palavra, na Liderança do Oposição, o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente Nelson Justus, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Deputado Romanelli, procuro no plenário o Deputado Pugliesi, ele é um assíduo freqüentador, está aqui. Deputado Pugliesi, V. Exa. sabe o respeito que nutro pela sua pessoa, pela experiência e pela sua história política, mas quero reafirmar a V. Exa., como Presidente do PSDB, do Prefeito Beto Richa, de que achamos que a eleição não começou. Não há esse convencimento que já ganhou as eleições. Quero dizer a V. Exa. que ficamos lisonjeados quando um Ministro do Governo Lula reconhece, no Prefeito Beto Richa, um Líder que está sendo avaliado pela população. Se ele está sendo bem avaliado é porque algo está acontecendo e o seu trabalho está sendo reconhecido pela população.

Respeitamos a história do PMDB. Sabemos que os senhores são lutadores. Sabemos que o PT também, é uma força política. Agora, quem criou toda essa polêmica não foi o PSDB, não foi. Quem foi, quem veio falar aqui e aí é a voz da experiência, foi o Ministro Stephanes. Ficamos satisfeitos pela palavra do Ministro.

Mas, o Prefeito Beto Richa nem anunciou a sua candidatura. Também não queremos escolher os nossos adversários. Teremos sim, candidato. O PSDB terá candidato, temos o Prefeito Beto Richa, o Gustavo Fruet, que veio do PMDB, mas que empresta todo o seu prestígio ao PSDB. Temos aliados, que estão se somando a nós como o Senador Osmar Dias, como o Senador Álvaro Dias. Enfim, temos um grupo político, que está se preparando para disputar as eleições de Prefeito de Curitiba, de Governador.

Porque achamos que está chegando o momento de apresentar e de termos um novo modelo para governar esse estado.

Olha, sei que daqui a pouco vamos ter uma polêmica aqui, questão Pissetti. Mas, vejam meus amigos, estamos aqui, no quinto ano do Governo, do PMDB, liderado pelo Governador Requião, e de que ele na verdade já teve briga com todos os setores da nossa sociedade. Como ele não encontrou mais com quem brigar, agora ele foi brigar no Paraguai. Daqui a pouco ele vai estar brigando na Argentina e, talvez, em outro país quando faltar alguém para brigar.

Vejam como é que são as coisas, ouvi as palavras do Deputado Pugliesi. Não gostei porque ele envolve uma questão que não tem nada a ver com o Beto Richa. Mas, veja Deputado Pugliesi, as eleições, Deputado Stephanes, reporto a V. Exa., para que V. Exa. veja o que está acontecendo. Não é possível, as eleições nem começaram

e já começamos a ofender as pessoas que devem ser respeitadas.

Veja aqui, uma nota do PMDB de Curitiba, dando aqui uma reprimenda ao Ministro Stephanes. Ora, quem é esse cidadão - não pode ser citado o nome aqui - para repreender aqui o Ministro que foi sincero, falou, talvez esteve equivocado. De repente, as eleições comecem amanhã. As coisas não corram bem. Agora uma coisa é certa e líquida. V. Exa. vem do período do Governador José Richa.

Essas lideranças que estão aí no PMDB, boa parte do PMDB foram abençoadas pelo então Governador José Richa. Só existe Requião, porque existia o José Richa. O José Richa foi um homem que saiu do Governo para eleger Requião Prefeito de Curitiba. Parece que é o destino. Naquela eleição o Requião ganhou do Lerner por 10 mil votos. A última ele ganhou por 10 mil votos. Parece que é o destino dele ganhar por 10 mil votos, mas ele ganha. Apesar dele ter ficado irritado, o PMDB há de ser respeitado, porque é e terceira vez que ele é Governador deste Estado. Agora, o Deputado Romanelli - e aí dou aparte ao Deputado Stephanes - Deputado Romanelli, V. Exa. fica muito preocupado com as críticas da Oposição.

Ora! Gostaria de fazer um pedido a V. Exa.: aproveite a oportunidade na "escolinha" com o tio Requião, que está comportadinho, vá lá e diga para esse Governo não errar tanto, porque estou com o meu computador, até para fazer o pronunciamento sobre isso, mas o Deputado Pugliesi, desfocou, eu iria trazer aqui o que eu recebi esta semana de indícios de corrupção desse Governo.

Com aparte o Deputado Stephanes.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Deputado, eu não ia tocar nesse assunto. Realmente eu li um manifesto do Doático Santos, a respeito das declarações do Ministro Reinhold Stephanes, ontem, as quais eu acredito, pela sua personalidade, muito sinceras. E até não concordo com elas, porque tenho interesse em ser candidato a Prefeito. Acho que a eleição só se ganha depois, se bem que o seu ponto de vista é correto. A eleição facilita a vida no cargo. Agora, o Presidente do Diretório Municipal do PMDB, totalmente deselegante, com palavras chulas de alguém que é desqualificado moralmente, eticamente, alguém que sempre fez mal para esta cidade, deixou milhares de pessoas invadirem a área de Curitiba que estão passando miséria, urbanizar essas áreas, têm processos por roubo, por utilizar site do Governo, agora condenado por um monte de coisa, e vem falar uma coisa dessas... Infelizmente ele é o Presidente do PMDB.

Além disso ele fala assim: "Tem uma boquinha" no Governo, usa o PMDB, ele é importante no PMDB, muito mais do que você, Sr. Doático, quem pensa que é. Alguém que usa o seu neto para ser beneficiado. O seu neto, do Ministro, na qual está na carta que ele fala, não é candidato a nada, foi morar no Rio de Janeiro, ainda está mal informado, é uma pessoa que eu considero despreparada, desqualificada e lamento essa carta.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Dou o aparte a uma pessoa que considero uma das pessoas injustiçadas nesse debate, e o Deputado Tadeu Veneri tem sido aqui um bom Parlamentar e pelo que eu sei ainda está na prévia, o nosso ainda não tem prévia, não está nem marcada a data de lançamento.

Mas dou o aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Eu não iria me manifestar, até porque hoje à tarde estávamos os três pré-candidatos do PT numa entrevista coletiva, o Partido dos Trabalhadores, por isso naquele momento eu não estava aqui. Mas, acho que uma polêmica falsa, até porque o Ministro tem todo o direito, enquanto cidadão, de expressar a sua opinião. É uma polêmica falsa e, como V. Exa. bem lembrou, as eleições vão se dar esse ano. É bom lembrarmos que o Prefeito Cássio Taniguchi ganhou a eleição do Deputado Ângelo Vanhoni, mas tinha no início da sua campanha 75%, hoje pela manhã tinha 3%, e a eleição teve uma dinâmica no 2º turno que fez, obviamente, o Prefeito ganhar, mas que fez com que muitos ficassem surpresos.

Acho correta a sua afirmação, Deputado Rossoni, porque quem decide, felizmente, é a maioria da população. E nós podemos fazer algumas previsões, são naturais, são normais, boas que sejam feitas.

Só quero dizer aqui que tenho o maior respeito pelo Ministro Stephanes, extremamente competente, uma pessoa que já demonstrou e demonstra no Governo e acho que expressou a sua opinião pessoal e não há porque recriminá-lo, no meu entendimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Entendo e reconheço que o Deputado Stephanes Júnior, como filho, tem o direito e o dever de poder, claro, defender as posições do seu pai. Acho que é uma obrigação de um filho fazer o que ele fez, de defender o pai. Embora, quero dizer o seguinte: gostaria que V. Exa. retirasse os excessos da fala dele. Ele não pode chamar o Presidente do partido, em Curitiba, de ter praticado roubo, acusado de roubo e muito menos chamá-lo de vagabundo. Quero aqui dizer que o ex-Vereador Doático Santos é uma pessoa honrada, tem um posicionamento divergente e o respeito como um filho defendendo o pai. Mas, penso que a Casa não pode registrar, nos seus Anais, expressões deste nível, que afetam a honra pessoal de um cidadão. Ele pode divergir, reconheço que tem o direito de divergir, mas que o faça de forma respeitosa.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Cabe a questão de ordem de V. Exa. Serão retiradas das notas taquigráficas expressões que ofendam a moral do Presidente do partido.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Encerro meu pronunciamento dizendo que a grande verdade da história política do Paraná é que estamos entrando num novo ciclo. E este ciclo, sem nenhuma dúvida, será um dos grandes - hoje já é o grande Líder de Curitiba e será o grande Líder deste estado - o Prefeito Beto Richa. Pelo trabalho que vem desenvolvendo. E quero dizer que quanto melhor a sua avaliação, mas ele trabalha. E por esta razão estamos convencidos de que o PSDB, seus aliados, seus companheiros e quero dizer ao PMDB, aqueles que têm juízo, sabem que vamos acompanhar nestas eleições para Prefeito de Curitiba e para Governador em 2010.

Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 005/08, subscrito pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando que sejam tomadas as medidas necessárias para a realização da Sessão Solene do evento denominado Honraria de Mérito dos Trabalhadores-Prêmio Personalidades do Paraná, no dia 23/04/08, às 18h30. **À Comissão Executiva.**

Indicação nº 043/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Alfredo Chaves, no município de Colombo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 044/08, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a construção de uma quadra poliesportiva, no Colégio Estadual Jeocondo Waldemar Borbato, no município de Imbituva. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três) de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três) de autoria do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida, constantes do

expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 852/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Jordão - Escola de Educação Especial Ser e Aprender, com sede e foro no município de Foz do Jordão. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 852/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Jordão - Escola de Educação Especial Ser e Aprender, com sede no município de Foz do Jordão e foro no município de Guarapuava.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.02.08.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 853/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública a Associação Cultural Interativa - ACI, com sede e foro na cidade de Londrina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 159/07, de 10/12/07, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 728/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 048/07, que fica instituída a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito do estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. COM EMENDA DE

PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, E SUBEMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DE PLENÁRIO E SUBEMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda de plenário e a subemenda da CCJ. Aprovado o projeto.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 743/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a reserva de 2% (dois por cento) sobre o percentual da oferta de moradia para pessoas portadoras de necessidades especiais, comprovadamente carentes, assegurando o direito DE preferência de escolha no Programa Casa da Família, no estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDHC. COM EMENDA DA CCJ. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL, NA FORMA DA SUBEMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO SUBEMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 355, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, solicitando votação nominal na forma da subemenda da CCJ. **Aprovado.**

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)

Tenho muito orgulho desse projeto e queria reparar esse orgulho com todos os Parlamentares que ontem aprovaram em 2ª discussão.

Gostaria que utilizasse o painel para que todos os Deputados compartilhem comigo a vitória desse projeto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

Solicito aos Deputados que tomem assento. Está iniciada a votação.

Quarenta Deputados votaram com a expressão SIM. Nenhuma abstenção e nenhum voto NÃO. **Está aprovado o projeto.**

A pedido do Deputado Romanelli anunciamos a presença do Dr. Geiel - Presidente da OAB-PR, subseção de Ibaiti e Dr. James Loiola também de Ibaiti.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 854/07, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de utilidade pública a Associação SOS Amigo Bicho, com sede e foro no município de Irati. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. Em discussão. Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 859/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de utilidade pública a Associação Casa Lar de Colorado, com sede e foro na comarca de Colorado. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 795/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que altera a Lei nº 12493, de 22/01/99, que dispõe sobre princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos no estado do Paraná, visando o controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CEMA. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 146/07, de 12/11/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 795/07

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O projeto de lei pretende alterar lei estadual referente ao manejo de resíduos sólidos, especialmente no referente a distância mínima para instalação de destino de resíduos sólidos, retirando a obrigatoriedade de 10 quilômetros para um sentido autorizatório, utilizando o termo preferencialmente. Outro ponto é o do prazo para as empresas se enquadrarem nas novas disposições legais.

Legitimidade e Constitucionalidade

O projeto de lei tem como escopo dispor sobre regras no que tange à proteção do meio ambiente, especificamente no que se relaciona com a distância mínima para instalação de lugares para gestão dos resíduos sólidos. Com base nisso cabe transcrição do artigo 24 da Constituição Federal:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

Também interessante a leitura do artigo 23 da Constituição Federal:

Art. 23. É competência comum da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios:

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

Veja-se que a competência pode ser enquadrada como comum ou concorrente. Com fulcro nisso, passa-se a leitura da Constituição do Paraná:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal;

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;

Assim, o aspecto de legitimidade está respeitando os aspectos constitucionais.

Do Objeto Material do Projeto

Acerca da matéria tratada é de se lembrar que já existe lei disposta sobre o tema, a qual pretende se alterar pela presente iniciativa. Ora, o zelo e o bom trato do meio ambiente são fatores essenciais para a consecução de uma vida mais saudável para toda a população. Assim, cabe à este parlamento realizar esta prevenção, evitando por decorrência, que pessoas possam vir a ser contaminadas pelos resíduos sólidos. Nada há, na propositura, que possa obstar o prosseguimento da proposta, num cortejo com o sistema legal atual. Como já se disse, pelo contrário, essa normativa deverá trazer benefícios para a população.

Da Técnica Legislativa

No que concerne à técnica legislativa empregada para a preparação deste projeto de lei, com espeque na Lei Complementar nº 095/98, cabe uma reparação no artigo 2º. Isso porque não se permite mais a utilização do termo “revogam-se as disposições em contrário”. Com fundamento nisso apresenta-se uma emenda supressiva para que seja corrigido este detalhe. Em sentido amplo, a propositura respeitou a técnica legislativa, merecendo assim continuar em seu trâmite regimental.

Da Segunda Emenda a ser Apresentada

No texto do dispositivo, no qual se acresce o parágrafo 1º ao artigo 10 da Lei nº 12493/99 existe dúvida à interpretação da futura lei a ser promulgada. Este celeuma está precisamente quando se diz “... e disposição final de resíduos sólidos industriais, radioativos e explosivos...”. Ora, desta redação pode ser realizado esforço hermenêutico no sentido de se dizer que todo e qualquer resíduo sólido industrial deve seguir a diretriz de ser preferencialmente instalado a uma distância mínima de dez quilômetros de núcleos populacionais. Essa não foi, por certo, a vontade do autor da propositura, ao revés, a sua intenção, por certo reside na dita regra de distância ser indicada para resíduos sólidos industriais radioativos e explosivos, num viés cumulativo, qual seja, de que os resíduos sólidos a serem atingidos são apenas os que sejam radioativos e explosivos. Para correção deste aspecto e buscando uma interpretação precisa da novel legislação é que se apresenta a emenda que segue como anexo.

Conclusão

Diante do exposto, pelo respeito à constitucionalidade e legalidade, nosso parecer é pela APROVAÇÃO do

presente projeto, com a adoção da emenda supressiva que segue como anexo.

Sala das Comissões, em 17.12.08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 795/07

Passa o artigo 2º do projeto de lei a contar com a seguinte redação:

“Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei 15456, de 15 de janeiro de 2007, publicada no Diário Oficial nº 7401, de 31 de janeiro de 2007.”

Sala das Comissões, em 17.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 795/07

P A R E C E R :

Para análise desta Comissão, o Projeto de Lei nº 795/07, de iniciativa do Deputado Caíto Quintana, que altera a Lei nº 12493, de 22/01/99, que dispõe sobre princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos no estado do Paraná, visando o controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais e revoga a Lei nº 15456, de 15/01/07.

A Lei nº 15456/07 alterou a Lei nº 12493/99, acrescentando ao seu artigo 10 no parágrafo 1º, que fixou a obrigatoriedade de uma distância mínima de 10 km entre os núcleos populacionais e as instalações de tratamento e disposição final de resíduos sólidos industriais, e o parágrafo 2º, que estabeleceu um prazo de três anos para a adequação das empresas já instaladas.

Através do projeto de lei em análise, o autor revoga os parágrafos 1º e 2º do artigo 10, que foram acrescentados à Lei nº 12493/99 pela Lei nº 15456/07, e acrescenta ao mesmo artigo os parágrafos 1º a 4º.

O parágrafo 1º que o autor pretende acrescentar ao artigo 10 da Lei nº 12493/99, estabelece que os empreendimentos de tratamento e disposição final de resíduos sólidos industriais, radioativos e explosivos, devem, preferencialmente (grifo nosso), ser instalados a uma distância mínima de 10 km de núcleos populacionais. O parágrafo 2º dispõe que a localização dos empreendimentos de tratamento e disposição final de resíduos sólidos industriais perigosos - Classe 1, devem obedecer aos critérios estabelecidos na legislação ambiental vigente. O parágrafo 3º estabelece prazo de três anos para adequação dos estabelecimentos que estejam funcionando em desacordo. O parágrafo 4º ressalta a obrigatoriedade desses

estabelecimentos de submissão dos seus projetos ao órgão ambiental competente. O artigo 2º do projeto revoga a Lei nº 15456/07.

Considerando as emendas adotadas pela Comissão de Constituição e Justiça, entendemos que, nos aspectos que competem a esta Comissão analisar, o projeto está em condições de seguir seu trâmite regimental, de forma a que o douto plenário desta Casa de Leis possa vir a discutir o mérito da iniciativa.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.02.08.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

OSMAR BERTOLDI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 320, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Durval Amaral, Duílio Genari, Marcelo Rangel, Ademar Traiano e Elio Rusch, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. **Prejudicado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, consultado por V. Exa., ainda na data de ontem, segunda-feira, conversei com o Secretário de Estado da Comunicação Social, Airton Pissetti, sobre a vinda dele à Assembléia Legislativa, tendo em vista que ele está sob ataque da Oposição aqui, para que ele possa, naturalmente, prestar os esclarecimentos em relação ao apoio que ele faz, do ponto de vista pessoal, não envolvendo o Governo, mas pessoal, ao candidato à presidência paraguaia, o Bispo Lugo.

Em função da conversa que tive com V. Exa., da proposta que V. Exa. fez de chegar a um acordo com a Oposição para que pudéssemos trazer o Secretário aqui na Assembléia Legislativa, eu disse a V. Exa. e, certamente, faço publicamente isso, não conversei com a Oposição anteriormente, mas entendo que o Secretário Pissetti poderia vir aqui na próxima terça-feira, às 10h da manhã, na Comissão de Comunicação da Casa para que pudesse ser inquirido pelos Deputados sobre os temas que julgarem necessários, objeto deste pedido que está posto aqui.

Assumo esse compromisso da vinda do Secretário Pissetti, na próxima terça-feira, às 10h da manhã, e até já discuti com V. Exa. que pode ser na sala das Comissões e que, certamente, poderemos dirimir as dúvidas que possam, eventualmente, ainda, depois de tudo que já foi esclarecido, sobreviver.

Peço à nossa Bancada que, por favor, preste atenção no encaminhamento, porque é uma solução do ponto de vista objetivo em relação à vinda do Secretário Pissetti. Diferente disso, penso, claro, que é única e exclusivamente para se promover desgaste político em relação

ao tema que, na minha avaliação, já está politizado demais.

Do ponto de vista de atendimento à reivindicação da Oposição, entendo que essa solução que foi intermediada por V. Exa. é uma solução que respeita a Casa, respeita a Oposição e, ao mesmo tempo, é uma fórmula de fazermos esse entendimento, esse acordo para a vinda do Secretário Pissetti para ele prestar os esclarecimentos que os Parlamentares possam julgar necessários.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Deputado Romanelli, permita-me discordar de V. Exa., sei que V. Exa. está imbuído de boa intenção. Mas, infelizmente, o Secretário, ora convocado por esse requerimento, já está em dívida com estes Parlamentares. Pela terceira vez - buscamos nas notas taquigráficas - houve um compromisso que esse Secretário viria a esta Casa, como convidado. Por exemplo, faço a leitura, quando o Deputado Natálio Stica era Líder aqui, não estou duvidando da sua palavra.

Conversando com os Deputados da Oposição e com os Deputados do Bloco Independente, não temos mais motivos para acreditar que o Secretário virá aqui, a convite. Nós, Deputados da Oposição e do Bloco Independente, conversamos. Esse Secretário, hoje em férias, talvez amanhã promovido, deverá vir a esta Casa sob convocação, porque está mais do que comprovado por documentos trazidos pelos Deputados Rangel e Jocelito, que o Secretário incorre em crime de responsabilidade. Se tivéssemos discutindo uma questão menos grave, mas de muita importância para a economia deste estado, certamente os Deputados concordariam em convidarmos o Secretário, trazê-lo aqui nas Comissões do Transporte, ou Agricultura, ou de Comunicação, para discutirmos assuntos de relevante interesse deste estado. Mas estamos falando em algo muito grave. Esse Secretário já deveria ter sido demitido pelo Sr. Governador. Não sei porque o Governador espera pela sua demissão, porque nas entrevistas que esse Secretário deu, houve tantas contradições, como por exemplo, teve um determinado momento em que esse Secretário disse que estava dando um apoio logístico a uma candidatura do Paraguai, que é um direito seu, nos finais de semana, o que não poderia também. Jocelito trouxe a primeira informação de que esse Secretário não foi nos finais de semana, ele foi durante a semana.

O Deputado Rangel trouxe as passagens, onde foi comprovado, que esse Secretário esteve no Paraguai durante a hora em que ele deveria estar prestando serviços ao Paraná. Não podemos dar tratamento a alguém que incorre em crime de responsabilidade contra o erário público, trazê-lo aqui e entrar no "canto da sereia" novamente. Esse Secretário, através do Líder que não era o Deputado Romanelli, assumiu compromisso conosco de

que viria a esta Casa. Por três vezes, até hoje não compareceu.

Por esta razão, Sr. Presidente, para mostrar ao Sr. Secretário de Comunicação do Governo Requião que esta Casa está acima da sua vontade, ele deve, sim, ser convocado, porque o assunto é grave, sério e relevante. Queremos esse Secretário frente a frente, para que ele mostre aqui os documentos, para comprovar a sua inocência. Se ele for inocente - não acredito - reconheceremos. Mas, se for culpado, como estamos vendo pelas provas consistentes, queremos que esse Secretário seja demitido, processado e punido por usar o dinheiro público do povo do estado do Paraná. Esta é a posição dos Deputados de Oposição, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, quero dizer que não sou um Líder de brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perdoe-me Deputado Romanelli.

Quero fazer um apelo: Deputado Valdir Rossoni, conversei com V. Exa. hoje pela manhã e logo em seguida conversei com o Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli. Quero crer e temos buscado sempre, acima de tudo, a verdade e o equilíbrio. Temos aqui o mesmo objetivo. Faço questão absoluta de que o Secretário Airtton Pissetti venha a esta Casa. Quero crer que, convocado ou convidado, Secretário Pissetti deve vir a esta Casa. Não nos cabe aqui qualquer encaminhamento, prejudicá-lo ou encaminhá-lo, se agiu correto ou incorretamente, não cabe a essa altura da discussão. O que cabe aqui e agora, sim, é que se o Líder do Governo assume o compromisso, se o Presidente da Assembléia toma a liberdade depois de conversar com as lideranças, convoca o Secretário Airtton Pissetti para estar aqui terça-feira, às 10h da manhã, não vejo razão para criarmos outra celeuma. Criaria, sim, um caso muito grave e muito sério se o Secretário Pissetti, depois de assumir o compromisso com esta presidência, não se fizer presente, aí sim, mas até lá...

Ora, me foi pedido pelas lideranças para que - e tenho procurado fazer esse papel, exercer esse papel de equilíbrio, de ponderar, de moderar as questões e intermediá-las. Ainda comentei que gostaria que pudéssemos convidar, sempre que fosse possível, os Secretários de Estado para discutirem conosco outras questões. Puxa vida! Se o Secretário me diz: "Qual é a data?" Eu digo: A data é terça-feira, às 10h. Se o Secretário não estiver aqui terça-feira, às 10h, aí sim esta presidência assume publicamente o papel de tomar providências extremamente sérias. E estou falando em uma Sessão Plenária que está sendo transmitida pela televisão.

Agora, não vejo razão, com todo o respeito, Deputado Rossoni, de qualquer intransigência num caso como esse. Se o Secretário não estiver aqui terça-feira, às 10h a responsabilidade não é do Líder do Governo, não é do

Líder da Oposição, a responsabilidade é do Presidente da Casa, aí a briga é comigo.

Peço a V. Exa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Presidente, V. Exa. me permita, primeiro, dizer de que sempre procurei respeitá-lo, mas quero dizer a V. Exa. que o encaminhamento que V. Exa. deu, quase foi de Líder do Governo, sinceramente, no meu entendimento. Quero dizer o seguinte: constrangido, contrariado, eu mais uma vez tenho que acreditar. Sempre acreditei em V. Exa., eu não tenho que acreditar em Secretário que, pela terceira vez, está faltando com a Oposição. Então, vou aguardar terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está marcado, por favor, terça-feira, às 10h. Aliás, Deputado Rossoni, eu não quis, de maneira alguma, encaminhar como o Líder do Governo, eu não tenho nem essa pretensão, não me passa isso pela cabeça. Conversei com V. Exas. se estaria bem terça-feira, às 10h, chamar o Secretário. Telefonei: olha, estamos acordando que terça-feira, às 10h esteja aqui. Aí, sim, todas essas questões deverão ser esclarecidas. V. Exas. vão ter, e naturalmente que o farão, e vão a juízo tomar as decisões que têm que tomar, mas que terça-feira, às 10h, o Secretário Pissetti estará aqui, estará.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, quero dizer o seguinte: estou concordando com V. Exa., fui pressionado pelos Deputados da Oposição, eu me submeto, o Líder tem que se submeter à vontade da maioria. Quero dizer que a minha vontade não era de aceitar o acordo, mas me submeto à vontade da maioria. O Bloco Independente também aceita este convite de V. Exa., mas aceitamos o convite do Presidente da Assembléia, porque aqui a palavra do Governo não tem mais valor, porque não honraram o compromisso conosco, porque nós consideramos esse Secretário ainda aqui, nesta Assembléia, o Secretário é fugitivo. É o nome dele que é taxado pela Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Agradeço, Deputado Valdir Rossoni, a compreensão, em nome da mediação das coisas aqui nesta Casa.

Para encaminhar, o Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (Para Encaminhar)

Quero sinceramente fazer uma referência à postura de V. Exa. de tentar minimizar os conflitos aqui, para que se chegue a um entendimento comum.

Quero parabenizar o Deputado Valdir Rossoni, por ter, como Líder, acolhido a vontade da maioria dos Deputados da Oposição e do Bloco Independente, que pensam que o ideal é que o Secretário venha aqui, para que possamos questioná-lo.

Então, dessa forma, acho que resolve o impasse e fica restabelecido. Acho que não é a sua função, em absoluto, que não seja como Presidente, acho que V. Exa. usa da sua função de Presidente para intermediar obviamente as diferenças que temos aqui. O Deputado Rossoni compreendeu que há uma intenção dos Deputados de concordar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Por isso o Deputado Valdir Rossoni é o Líder.

Pela ordem, Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Queria perguntar a V. Exa. se nessa Audiência que vai ter com o Secretário Pissetti, o tema é específico a esta viagem ao Paraguai?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O requerimento é muito claro.

Pela ordem, Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

Gostaria de parabenizar, o senhor entrevistou de maneira elegante através da presidência, a Oposição está acatando o seu pedido. É uma convocação sutil, branda, light, da Assembléia Legislativa, mas é um compromisso da Assembléia. Só gostaria, como questão de ordem, estaremos nos reunindo com o Secretário e todos os Deputados terão oportunidade de questioná-lo?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Combinamos com a Liderança do Governo e com a Liderança da Oposição que através da Comissão de Comunicação indicáramos para essas questões cinco Deputados da Oposição e cinco Deputados do Governo, para inquirir o Sr. Secretário. V. Exas. têm a total liberdade para inquirir-lo.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para corroborar a essa mediação feita por V. Exa., quero recordar que no ano passado, no início do ano, quando o Secretário da Saúde era então o Cláudio Xavier, passamos por uma situação bastante semelhante a esta aqui na Casa. O senhor com a prudência, com a sensatez que lhe é peculiar, fez esse mesmo tipo de mediação e o compromisso foi cumprido. O Secretário da Saúde veio à Casa, a reunião foi extremamente produtiva, foi estabelecida uma data para normalizar o fornecimento de remédios para a população carente. O Secretário cumpriu, pelo menos próximo ao prazo estabelecido, aquilo que foi combinado.

Então, acredito que com a sua palavra, na condição de Presidente desta Casa, teremos sim a presença do Secretário da Comunicação. Poderemos esclarecer as inúmeras dúvidas que os Parlamentares têm. Tenho certeza que o bom senso, a política de alto nível, sempre deve prevalecer nesta Casa. Para isso o seu papel é fundamental.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Obrigado, Deputado Ney Leprevost.
Pela ordem o Deputado Ribas Carli Filho.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Sr. Presidente, V. Exa. encaminhou sabiamente que teria o encontro nesse convite que foi feito, teriam oportunidade cinco Deputados de participarem do lado do Governo e cinco Deputados pela Oposição. Esse Deputado não tem claro, na questão da participação do Bloco Independente, se teremos também, obviamente que V. Exa. é um democrata, a questão da participação do Bloco Independente.

Fica aqui o nosso pedido, para que sejamos atendidos da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Repondo a questão de ordem de V. Exa. Quero crer que o Deputado Valdir Rossoni e o Deputado Romanelli podem perfeitamente ajustar essa questão e mais, podem receber, por parte dos 54 Deputados, as diversas questões, as perguntas que os Deputados farão ao Secretário.

Pela ordem, Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Formulo a seguinte questão de ordem.

(Procede leitura do artigo 104, do parágrafo IV e do artigo 105 do Regimento Interno).

O Regimento é claro na questão de ordem, senão toda a vez venho aqui peço por uma ordem e faço um discurso, Sr. Presidente. Não sei se V. Exa. vai exigir o cumprimento do Regimento Interno, ou vai permitir que se prolongue a Sessão formulando pela ordem ou questão de ordem sem o verdadeiro embasamento regimental.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Cabe perfeitamente, Deputado Nereu Moura, a questão levantada por V. Exa. Realmente, temos encontrado e já estou nesta Casa aqui, ao mesmo tempo que o senhor, há 20 anos. Há 20 anos os Deputados pedem a palavra, usam o binômio pela ordem e falam o que querem. Ontem ainda o Deputado Anibelli, democraticamente, cedia, equilibrava os horários para quem pudesse pedir pela ordem.

V. Exa. está coberto de razão, quando é questão de ordem ou pela ordem, há a obrigatoriedade do Parlamento designar a que artigo está referindo-se o Regimento Interno.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Vou cobrar o cumprimento do Regimento Interno, porque tem que nortear as nossas relações aqui, dentro desta Casa.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, não sei se é pela ordem, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

As pessoas podem pedir: “Eu peço a palavra.”

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Eu peço a palavra Sr. Presidente. Só a respeito da Audiência Pública, com o Secretário ou ex-Secretário, ou Secretário de licença, Airtton Pissetti, vai ser na CCJ?

(Assentimento)

É um local pequeno para a Audiência de tamanha importância, mas gostaria de saber: a TV SINAL vai transmitir ao vivo essa audiência?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Confesso que não se pensou nisso. A TV SINAL pode perfeitamente fazer gravações ou coisa parecida.

Requerimento nº 352, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Duílio Genari, Ademar Traiano e Marcelo Rangel, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 319, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Duílio Genari, Marcelo Rangel, Ademar Traiano e Elio Rusch, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, o Deputado Cleiton Kielse, nosso Vice-Líder do Governo, já tem todas as respostas em relação a esse requerimento. Ontem ouvi aqui pronunciamentos extremamente agressivos sobre esse tema. Um pronunciamento que, lamentavelmente, faltando com a verdade e que não vou utilizar uma expressão aqui para depois não ficarem me incomodando.

Para cumprir o mandamento de manter aqui um equilíbrio, queria dizer que o encaminhamento para esclarecer esse tema de forma detalhada será feito pelo nosso companheiro Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, requerimento da tarde de ontem, tivemos aqui várias perguntas as quais foram respondidas ainda na tarde de ontem. Mas, como tinha encerrado a Sessão, postergamos para hoje e resposta.

Primeira pergunta: quantos televisores já foram entregues nas escolas e quais escolas?

Foram entregues 21 mil e 52 televisores. Em todas as escolas da rede estadual de ensino. Excepcionalmente àquelas em processo de mudança, construção, municipalização ou reforma.

Como foi feita a entrega dos televisores? Foi alegado que foi contratada uma empresa que teria cobrado milhões para a entrega.

Foi contratada alguma empresa transportadora? Em caso positivo, qual a transportadora e qual o custo? Parte dos televisores foi entregue pela frota própria da

Secretaria de Estado da Educação, e parte foi realizado por frota contratada e licitada por insumos educacionais.

As empresas contratadas por licitação são: Antonio Bernardo S. Marques, COMASP Agenciamento de Cargas, Transluc Cargas e Encomendas. E o total das despesas foi de R\$ 136.879,08. Sendo que foi colocado R\$ 9 por televisor entregue dentro das escolas.

Os acessórios adquiridos para os televisores já foram entregues? Quanto e quais escolas? Previsão de entrega da totalidade em março do corrente ano. Isto é até a semana que vem.

Houve pagamento de aluguel à CODAPAR pelo armazenamento dos televisores? Em caso afirmativo, qual o valor pago e o período que esses aparelhos ficaram armazenados?

Os televisores adquiridos ficaram armazenados no antigo pavilhão do Parque Castelo Branco, isto é, propriedade do Governo, sem custo algum. E um lote ficou armazenado a um custo de R\$ 14.583,42. Não R\$ 1 milhão e 500 mil.

Como estão sendo feitas a produção e edição do conteúdo em vídeo para utilização em sala de aula? Há uma infinidade de tipos e formas de conteúdos a serem utilizados nas TVs multimídia que estão sendo disponibilizados no Portal Dia-a-Dia Educação. As principais fontes são a internet, as produções de audiovisuais feitas pelas instituições públicas - como a TV Cultura - pela BBC de Londres, traduzida para o português pela Secretaria de Estado da Educação, entre outras.

Produtoras de conteúdos educacionais do Governo Federal e do Governo do Estado, que disponibilizam conteúdo sem custo, além de vídeo e filmes produzidos e/ou compilados pelo CETEPAR, pelos professores ou por qualquer pessoa de interesse na área da cultura.

Alguma produtora foi contratada para produzir e editar esse material? Não! Foi procedida licitação para algum tipo de contratação nesse sentido? Não se aplica porque não foi contratado.

Qual a empresa e o valor? Também não existe resposta, porque não foi nenhuma empresa contratada. Houve pagamento? Logicamente que não!

Prejudicadas as respostas.

Foram contratadas empresas para desenvolver software para produção de vídeos ou transformação dos arquivos que possam ser visualizados nos televisores multimídia? Não! E ainda mais completa a resposta. Houve uma informação daquele fogo amigo permanente em Governos, que teria feito uma licitação que custaria R\$ 500 mil para produção de novos softwares. Foi arquivado pedido, não houve nem andamento do processo, porque não existe nem razão, porque temos material suficiente para os próximos 10 anos de informação perante o que temos no dia-a-dia de Educação. Em caso afirmativo, a contratação foi licitada com a empresa. Fica prejudicada a última resposta, porque não houve nenhum tipo de contratação.

Por isso, estamos pontualmente respondendo a este requerimento e quaisquer outros que venham da parte da Oposição, para que o Governo demonstre que não existe segredo em coisas que temos dentro do site do Governo. Isto já estava, parte, respondido no site. Mas, fiz questão de vir, publicamente, na tarde de ontem. Mas, como já estava prejudicada a Sessão, vim hoje responder, pontualmente. Seria isto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Consulto os autores do requerimento. Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Inicialmente agradeço a postura do Deputado Kielse, por trazer os esclarecimentos, da forma como ele entendeu. Mas, acredito sinceramente que o melhor que poderíamos fazer é que estas respostas viessem por escrito, porque tenho informações dos protocolos de questões que deixam e geram muitas dúvidas.

Consultei Parlamentares que estiveram na barracão vendo os famosos televisores laranjas e perguntei aos Parlamentares se eles viram merenda escolar lá. Não viram. Mas, o questionamento que fazemos - por isso queremos por escrito - é o seguinte: foi contratado, sim, um aluguel para seis meses, por R\$ 1 milhão e meio.

Quero dizer a V. Exa., Deputado Kielse, está aqui o protocolo. Estou firmado em documentos e lhe concedo o número do protocolo se eles não lhe enviaram. Não tem aparte. Foi o que aconteceu ontem com o Deputado Elio Rusch.

O que acontece? Existe, sim, um aluguel de seis meses de um local da CODAPAR - veja o que estou afirmando - existe, sim, o aluguel de seis meses de um barracão da CODAPAR por 1 milhão e meio. O que estou fazendo aqui? Estou pedindo porque foi feito este aluguel, para que foi feito, porque foi pago este valor. É este o meu questionamento.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (**Pela Ordem**)

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A palavra está assegurada ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Mas ele está repetindo a mentira que disse ontem, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

V. Exa.vai permitir que o Deputado Líder do Governo diga que estou mentindo?

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (Pela Ordem)

Deputado, nós temos o documento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A palavra está assegurada ao Deputado Líder da Oposição, que está encaminhando e tem cinco minutos para encaminhar. V. Exas. podem não concordar. Por favor, Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Deputado Nelson Justus, as taquígrafas, tão zelosas com a palavra do Deputado, a palavra mentiroso, do Deputado Romanelli, tenho certeza que foi num momento de desequilíbrio. Não tenho necessidade de falar com a verdade.

Veja, Sr. Presidente, o que estou afirmando. Existe um protocolo, está aqui, aonde a Secretaria de Educação firma um convênio com a CODAPAR, de 1 milhão e meio por seis meses de aluguel deste local.

Se eu tivesse todas as informações, ou o site do Governo fosse transparente, eu teria aqui todas as informações.

Estou pedindo aqui as informações para que eu possa tirar uma conclusão do valor que está sendo gasto.

Temos aqui reclamado que o site de gestão do dinheiro público não é transparente.

Olhem a coincidência, quando os televisores entraram para esse famoso barracão, que foi visitado pelos Srs. Parlamentares, coincide com a data do contrato de aluguel do barracão da CODAPAR.

Por que não posso saber a data do contrato? Se foi pago 1 milhão e meio? Para que serviu? Onde foram guardados os televisores? Quanto foi gasto de aluguel?

Tenho um protocolo aqui onde firma o valor gasto com frete, transporte de merenda escolar. Tem R\$ 150 mil que não há explicação. Quero as explicações. Apenas isso. Gostaria de ter a compreensão do Líder do Governo. Tenho aqui um protocolo, o número do empenho onde diz o valor total que foi pago: R\$ 1 milhão e 557 mil. Então, estou firmando em cima do requerimento subscrito pelos Srs. Parlamentares, com informações oficiais.

Para concluir, espero esclarecimentos por escrito. Por isso, espero a aprovação desse requerimento. Pelo tamanho do barracão, com 1 milhão e meio construo um barracão e sobra muito dinheiro!

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, lamentavelmente tenho procurado, até por um apelo de V. Exa., manter com o Deputado Valdir Rossoni um relacionamento respeitoso e cordial.

E penso que se vivemos o processo civilizatório, temos que entender que, no Parlamento, temos que debater temas em alto nível, discutindo as questões em profundidade, fundamentando aquilo que vamos falar nas tribunas, nos apartes e nas Comissões desta Casa. Por

isso, entendo que o comportamento do Líder da Oposição não é um comportamento responsável.

Ontem, quando ele fez as afirmações, e as fez de uma forma veemente, como se a Secretaria de Estado da Educação estivesse cometendo um roubo contra o patrimônio público, eu, claro, de forma responsável, junto com o companheiro Deputado Kielse, fomos buscar as informações. Aqui estão as informações às perguntas formuladas pelo Líder da Oposição, Valdir Rossoni. Quando fizemos isso, Sr. Presidente, entendemos que fizemos da forma mais respeitosa possível. Por quê? Este aqui é um fax oficial da Secretaria de Estado da Educação, respondendo. Quem me enviou foi o Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, que enviou ao Gabinete da Liderança do Governo, do Gabinete do Secretário Maurício Requião, informando a esta Casa, detalhadamente, cada um dos pontos.

O Valdir Rossoni não acredita nas informações que aqui foram ditas. Vá amanhã, pode aprovar o requerimento. Ele vai lá e volta com essas informações. Ele vai de novo à tribuna e vai dizer: Não, as informações não são verdadeiras!” Reconheçamos, aqui, temos que nos acostumar, porque a última palavra é sempre do Deputado Rossoni. Aqui, o que prevalece é a vontade do Deputado Valdir Rossoni. Ele comanda a Oposição. Os Deputados da Oposição têm que respeitar o que ele diz ou então ele, efetivamente, cria um grande embaraço para todos seus companheiros da Oposição.

A verdade é que temos que reconhecer que ele faz uma Oposição dura, uma Oposição sem tréguas ao nosso Governo. Entendo que ele faz isso muito em função do ressentimento que tem porque comandou o Governo nesta Casa e, quando comandou o Governo, sempre comandou a favor daquelas grandes questões que desgraçaram este estado, da privatização do BANESTADO, da venda da COPEL, da privatização das nossas rodovias, num período que este estado viveu um verdadeiro descalabro. Entendo o posicionamento dele. Chefia a Oposição e tem repercussão na mídia porque a mídia está descontente com a falta de investimentos que o Governo faz em publicidade e propaganda.

Agora, esta Casa não é composta de pessoas irresponsáveis. Ora, se o Deputado Kielse obtém as informações, vem à tribuna, relata pergunta por pergunta, responde às questões oficialmente. O que faz o Deputado Rossoni? Ele sobe à tribuna e repete a mesma inverdade que disse ontem. Ora, é uma desfaçatez, não é possível isso! Estão aqui informações oficiais da Secretaria da Educação.

Sr. Presidente, quero dizer que quero encaminhar à nossa Bancada e aos Parlamentares de bem desta Casa, às pessoas que prezam e valoram aquilo que é feito de forma correta, aqui estão as respostas. Estas são as respostas oficiais da SEED. Por isso, Sr. Presidente, se o Líder da Oposição não aceita as respostas, quero dizer a V. Exa. o seguinte: o requerimento já foi respondido por esta Casa e encaminhamos, depois de respondido o

requerimento, de desfeita a difamação lançada daquela tribuna no dia de ontem e repetida no dia de hoje, aí sim, recomendamos a rejeição do requerimento, em função de ele já ser integralmente respondido.

É isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Obrigado pela atenção.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, peça a palavra.

(Assentimento)

Olha, na verdade, com todo respeito ao Deputado Líder do Governo, Luiz Claudio Romanelli, temos pelo Deputado Valdir Rossoni o maior respeito, só que nós da Oposição não temos vocação para vaquinha de presépio, marionetes. Pelo contrário, todos os assuntos o Líder da Oposição, Valdir Rossoni, discute com todos nós, aqui, democraticamente. Protestamos e não concordamos, Deputado Luiz Claudio Romanelli, das suas colocações dizendo que nós, da Oposição, fazemos aquilo que o Líder determina, porque o Deputado Valdir Rossoni não tem vocação para ditador.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto, que foi o primeiro a solicitar.

Quero solicitar a V. Exas. o seguinte: as pessoas vão encaminhar por cinco minutos, sem prorrogação. Não há apartes. Peço um especial obséquio aos Srs. Deputados, que nos apressemos, porque estamos recebendo a visita do Dr. Olympio Sotto Maior, que está em nosso gabinete há mais de 30 minutos, nos aguardando para um conversa de cortesia.

Tem a palavra o Deputado Jocelito.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, dizer que nem a favor e nem contra. Eu e os Deputados Edson Praczyk e Artagão, como membros da Comissão de Fiscalização, estivemos nesse barracão fazendo uma fiscalização *in loco* naquele período. O barracão que visitamos é vizinho à casa do Governador, no Canguiri, no Castelo Branco. As televisões estavam lá e junto naquele dia havia computadores, que eram da Secretaria da Educação do Estado do Paraná. Não sei se é aluguel, mas nós, da Comissão, encontramos naquele dia perto de 10 a 11 mil televisores. Para esclarecer essa questão, nem a favor e nem contra. As televisões estavam lá, naquele período, não eram todas. Merenda escolar não havia, mas havia outros componentes de computadores, quer iriam para as escolas também.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Elio Rusch, por cinco minutos improrrogáveis.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Tenho o maior respeito por todos os Parlamentares, sejam da Oposição ou da Situação ou do Bloco Independente. É através da discussão que podemos aperfeiçoar os projetos de discussões, os pedidos de informações, dúvidas que porventura possam surgir.

A Bancada de Oposição está apresentando hoje um requerimento, solicitando algumas informações em que diz o Vice-Líder do Governo, Deputado Kielse, que ele responde todos, que o Líder do Governo, Deputado Romanelli disse no seu encaminhamento, que os questionamentos, as perguntas foram respondidas oficialmente. Ora, a nossa dúvida é a seguinte: porque então o medo de aprovar o requerimento? Existem dúvidas, o Deputado Jocelito levantou agora uma dúvida, dizendo que ele e o Deputado Pastor Edson junto com o Deputado Artagão, diga-se de passagem, do PMDB, foram verificar aquele barracão e encontraram os televisores. Alguém do Governo diz agora que não há pagamento de aluguel. O Deputado Valdir Rossoni tem empenho do Governo do Estado de R\$ 1 milhão e poucos, dos quais já foram pagos 500 e poucos mil. O Deputado Valdir Rossoni, Deputado Romanelli, em momento nenhum disse que esse convênio, esse barracão ou esse aluguel, esse empenho se referia aos televisores. Existe a dúvida. E ninguém pode ser leviano e chegar aqui na Assembléia Legislativa e querer fazer uma acusação quando não tem a prova. E por que o pedido de informação?

Exatamente para esclarecer a dúvida. As dúvidas existem. o Governo, através de seus Deputados, diz que está tudo legal, está tudo respondido, os documentos estão na mão do Deputado Kielse, mas, oficialmente, não nas nossas mãos, não chegaram às mãos do Líder do Governo. Então, por que não aprovar esse pedido de informações, Deputado Kielse? E V. Exa. acabou de ver, V. Exa. pediu: cadê o documento? Está aqui o documento. Recebeu, olhou, viu o documento. Agora, queremos saber se esse pagamento, se esse aluguel, se esse empenho é efetivamente em relação aos televisores. o Deputado Jocelito já disse, lá tinha televisores, tinha computadores, tinha merenda, tinha outros equipamentos? Nós não sabemos. Então, não existe dúvida nenhuma, Srs. Parlamentares?

Para o Deputado Kielse e para o Deputado Romanelli, que não têm dúvidas, tudo está respondido e que venha para a Assembléia Legislativa oficialmente, não oficiosamente, mas que venha oficialmente por documentos, é isso que pedimos. Se não têm medo, se os documentos estão todos aqui, se realmente não foi pago transportadoras, se não houve uma contratação de uma outra empresa para instalar, exatamente, os televisores, como disse o Deputado Kielse, com todas as letras, então aprovem. O Secretário responde: não existe. Aí temos o documento, Deputado Kielse, oficialmente. Não sei qual é a dúvida, não sei por que não.

Acabamos de fazer agora um grande entendimento, o Deputado Valdir Rossoni teve a grandeza no requerimento anterior, quando ele encaminhou disse que

não iria retirar o requerimento, que ele não iria fazer acordo. Ele retirou e disse: “Vamos convidar o Secretário Pissetti, concordo, me curvo diante dos meus liderados”. Então, por que V. Exas. não podem aprovar esse requerimento se está tudo respondido oficiosamente? Então respondam oficialmente para a Assembléia Legislativa e tudo será dirimido: Quantos televisores foram entregues? Quais são as escolas? Nós queremos saber, precisamos saber. Qual foi o preço, efetivamente, pago? É isso ou não? Esclareçam as dúvidas. Não tem dúvidas, conforme as suas pessoas, então aprovem. Agora, se não aprovarem o requerimento...

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (Pela Ordem)

Quero deixar bem claro que não temos, absolutamente, nada a esconder. Fizeram o requerimento pela metade, trouxeram documentos avulsos que me apresentaram, as perguntas que foram feitas, foram respondidas, oficialmente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Kielse Crisóstomo, não vou lhe conceder mais a palavra para encaminhar esse assunto, me perdoe.

Próximo orador para encaminhar é o Deputado Douglas Fabrício.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, agradeço a sua gentileza e tenho certeza que o Dr. Olympio de Sá Sotto Maior, que está me aguardando, vai ter um pouquinho mais de paciência, aguardar essa importante discussão aqui, até porque ele teve que aguardar muito para poder ser o Procurador Geral, porque ele já lutou tanto com esse objetivo, ganhando pela segunda vez. Ganhou uma eleição, não levou. Agora ele está lá com certeza vai fazer um belíssimo trabalho à frente do Ministério Público. Desejamos sucesso a ele.

Mas o que me chama a atenção e o que eu quero encaminhar aqui é justamente essa história dos requerimentos. Estamos falando aqui dos televisores, aqueles 22 mil televisores, Deputado Rossoni, que foram comprados, e já foi provado aqui que pagaram um valor maior do que deveriam pagar.

Nesta semana que passou, estive em Campo Mourão, conversei com uma Diretora de uma escola, e sabem o que ela me disse? Que lá ainda não chegaram os televisores, nas salas, do jeitinho que venderam a idéia quando justificavam o preço dos televisores aqui, não chegaram ainda nas salas. Só quero dizer que estão devendo explicações para a população, não é para a Oposição. E discutem os requerimentos, trazem as informações através dos Deputados, não convencem a Oposição, não querem aprovar os requerimentos.

O Deputado Romanelli, com todo o respeito que tenho por V. Exa., vai a tribuna e ofende a oposição

dizendo que os Deputados são mandados pelo Deputado Rossoni. Os Deputados da Oposição têm a sua forma de votar, de se expressar, têm liberdade total e já é Oposição justamente por ter um pensamento próprio, diferente daqueles que às vezes votam sempre com o Governo.

O que venho aqui deixar claro, a nossa posição do PPS é sim de Oposição ao Governo. Mas também de votar os projetos e requerimentos para fiscalização, para votar a favor dos projetos que o Governo apresenta. Se o Governo apresentar um projeto aqui que dê mais transparência em qualquer situação, vamos votar a favor, Deputado Rossoni.

Quando ouço essa discussão que está há mais de ano sendo travada aqui na Assembléia Legislativa, ainda os alunos que realmente precisam dos televisores, que pagaram caro, ainda não estão tendo as aulas da forma que se prometeu aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Estou fazendo encaminhamento porque é prerrogativa de um Parlamentar, de um Deputado Estadual, buscar as informações, as mais precisas informações para esclarecer todos os fatos. O senhor me perdoe, Líder do Governo Deputado Romanelli, mas o senhor extrapolou na tarde de hoje.

Quando o senhor ataca pessoalmente o Líder da Oposição, talvez dessa maneira o foco tenha sido desviado. Afirmar que a Oposição vota de acordo com os princípios e com ações ditatoriais é uma pura falácia, porque a Oposição trabalha de maneira aguerrida, são poucos Deputados com mais personalidade.

Só gostaria de falar que esses televisores que estão sendo entregues nas escolas, demoraram um ano para que as entregas começassem a se efetivar. Ainda não chegaram nas salas de aula.

Quem não deve não teme. Se estamos fazendo um pedido de informações, estão aqui os documentos: extrato individualizado de pagamentos, está aqui, tem o número do protocolo, R\$ 1.577.948,35. Isso está esquisito, está nebuloso. E ninguém conseguiu me explicar de uma maneira correta. Ninguém conseguiu me passar uma informação precisa para que eu pudesse subir nessa tribuna e falar: não, não precisa de nenhum outro documento, não precisamos de nenhuma outra informação. Nós trabalhamos aqui na Assembléia Legislativa justamente para fiscalizar. E olha, Sr. Líder do Governo, gostaria mais uma vez de afirmar que tenho orgulho de fazer parte desse pequeno bloco de Oposição. Cheguei na Assembléia Legislativa, não tinha nenhum compromisso, nem de assumir o lado do Governo ou de estar aqui desse lado da Oposição, mas tenho orgulho de fazer dessa maneira, de me pronunciar dizendo realmente que o Governo peca pela falta de transparência. Peca muito. E

por tentar, de todas as maneiras, impedir a veracidade dos fatos. Por isso é que eu peço também em nome do PPS, para que os nobre Parlamentares pensem em votar a favor do requerimento.

Era isso o que eu tinha a falar.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sou Deputado, também, como o Marcelo Rangel e tenho que dizer publicamente: não é verdade o que está falando, dizendo que as televisões não foram para as escolas, ainda. Na minha cidade, Foz do Iguaçu, os televisores estão nas escolas.

Então, é preciso acabar com esta falácia. Pode ser que em alguma escola não tenha chegado. Mas, não é verdade, Deputado Marcelo Rangel, que os televisores não foram para as escolas. V. Exa. está afirmando uma coisa que não é verdadeira.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada as discussões.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Tenho mais dois requerimentos para serem votados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Estamos votando um requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Só estou levantando uma questão de ordem para que eu possa me organizar e não cometer equívocos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Estamos votando um requerimento dirigido ao Sr. Maurício Requião, da Bancada da Oposição.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Só quero alertar a V. Exa. que tenho mais dois requerimentos à mesa, para depois serem votados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Temos à mesa o requerimento ao Sr. Airton Pissetti, que por gentileza, o requerimento para o Secretário está totalmente prejudicado. V. Exas. vão inquiri-lo, aqui, pessoalmente. Não há necessidade de mandarmos um requerimento para ele. Se o Secretário vem aqui, V. Exas. terão a oportunidade de inquiri-lo, pessoalmente, com taquígrafas e com toda a comprovação de que ele aqui esteve. Vamos ficar mandando requerimento para o Secretário? Perdoem-me, mas quero crer que temos que ser o mais práticos possível. Se o Secretário não viesse! Mas, conseguimos trazer o Secretário aqui, terça-feira, e vamos ficar mandando requerimento?

O Secretário deverá vir aqui. Se ele não responder, V. Exa. vai perguntar: “Já foram efetuados os pagamentos? Em que data?” “Não, não foram”. Aí, sim. Mas,

quero crer que os requerimentos deverão acontecer depois da vinda do Secretário, senão, vamos continuar mandando requerimentos para que ele responda por escrito e não precise vir até aqui.

Quero ser o mais justo possível. E conto com a compreensão de V. Exas.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, V. Exa. deseja votar o requerimento do Secretário da Educação e aí poderíamos dar encaminhamento? Ou V. Exa. têm um entendimento destes requerimentos.

Tenho outro requerimento, não quero antecipar. Estava até observando se eu estava certo ou equivocado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Já coloquei aqui como prejudicados os dois requerimentos, porque quero que o Secretário aqui. Se o Secretário não estiver aqui, não vier aqui ou não lhe satisfazer, se V. Exa. chegar na quarta-feira e entrar com outro requerimento, em virtude de o Secretário não ter lhe respondido de acordo, aí vamos colocar em votação, mas não vou colocar em votação se o Secretário vem aqui na terça-feira.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Gostaria de requerer votação nominal para votar o requerimento para a SEED.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O requerimento da Bancada da Oposição, enviando pedido de informações ao Secretário Maurício Requião, será votado nominal.

Solicito aos Deputados que tomem assento para que possamos iniciar a votação.

Está iniciada a votação.

Encerrada a votação, vai se proceder à apuração.

Vinte e quatro Deputados votaram com a expressão NÃO. E 17 com a expressão SIM. **Está rejeitado o requerimento.**

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, em votações anteriores nominais que usamos o painel, V. Exa. sempre pedia ao 1º Secretário para fazer uma chamada também nominal para que os Deputados tivessem tempo, se estivessem atendendo, se estivessem fora do plenário, para chegarem e fazer a votação.

Gostaria de saber se esse procedimento acontecerá todas as vezes do uso do painel eletrônico ou isso vai variar dependendo da Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Cabe a questão de ordem de V. Exa. Procuro usar o bom senso. Estamos apurando um pouco a Sessão.

Houve tempo suficiente. O Deputado Caíto chegou, o Deputado Fábio chegou. Acho que não tem mais ninguém nos gabinetes que fosse chegar atrasado, mas obrigado. Cabe a questão de ordem de V. Exa.

Requerimento nº 338, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 325, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 326, 327, 328, 329 e 330, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 331, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 344, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Ademar Traiano, Osmar Bertoldi, Marcelo Rangel e Elio Rusch, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 346, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 348, de autoria do Deputado Elton Welter, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 350, 351 e 353, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 354, de autoria dos Deputados Ademar Traiano, Marcelo Rangel, Elio Rusch e Valdir Rossoni, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 356, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 357, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 343, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, é um pedido de informações. Embora já respondido pelo IAP, o autor considerou insatisfatórias as respostas. Encaminhamos favoravelmente porque é um assunto técnico e que deve ser devidamente esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

A questão de ordem do Deputado Valdir Rossoni levantada em virtude dos dois requerimentos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, os dois requerimentos são informações importantíssimas para que o dia que o Secretário vier aqui, tenho certeza que ele não terá consigo essas informações. Apenas estou antecipando, pedindo para que essas informações cheguem até os Parlamentares para que possamos conversar com o Secretário.

É um requerimento que quero concordar com V. Exa., apesar de que para os Deputados da Oposição seria importante. O requerimento diz o seguinte, Sr. Presidente: “Requer o envio ao Secretário da Comunicação, Aírton Pissetti, para que preste as seguintes informações: quais os valores e datas dos empenhos feitos pela Secretaria para fazer frente às despesas com passagem, hospedagem, alimentação, locomoção e outros, relativos às viagens dos servidores, inclusive do seu titular? Segundo: já foram efetuados os pagamentos? Quais os valores e as datas dos pagamentos? Terceiro, relacionado aos servidores autorizados a viajar: as datas das viagens, a ida, a volta, o destino, os motivos e os valores gastos. Quarto: informar como foram feitos os pagamentos mediante o cartão corporativo, reembolso de despesas e outros meios.”

Seriam informações importantes, mas me submeto até para me penitenciar com V. Exa., mas o segundo requerimento, também, vou me submeter, apesar de ele ser encaminhado à Secretária Maria Lunardon. Não concordo com V. Exa. por não aceitar meus requerimentos. Acho que V. Exa. está equivocado, mas é um debate, é democrático, tenho que aceitar, até pela sua autoridade.

Quero fazer um desafio ao Líder do Governo, o homem Luiz Claudio Romanelli, o homem que me tachou de mentiroso daquela tribuna. Quero fazer um desafio: me forneça o número do cartão corporativo do Secretário. Só isso.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, eu forneço com o maior prazer o número do cartão do Secretário. Quero dizer o seguinte: na verdade, lamento que o Líder da Oposição esteja tão destemperado como está. Poderíamos discutir esse tema de forma aprofundada, tranqüila. Sinceramente, aqui já se passou do limite do bom senso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Por favor, vamos encerrar a Sessão. V. Exas. não estão contribuindo em nada com essa discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, questão de ordem.

(Assentimento)

Estou fazendo uma questão de ordem para que não aconteça mais. Dei encaminhamento aos requerimentos e concordei com V. Exa., equilibrada e tranqüilamente, questionei, porque é uma forma democrática. A questão de ordem levantada pelo Líder do Governo, faz conside-

rações à minha integridade pessoal. Apenas fiz um desafio ao Líder do Governo.

(Vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vou solicitar, com todo o respeito que tenho por V. Exas., que deixemos essa discussão para outro momento, com mais calma, até porque a Sessão está encerrada.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 728, 743 e 859/07.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 854/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 757 e 795/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 741 e 750/07.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO N° 354 DOS SRS. DEPUTADOS ADEMAR TRAIANO, MARCELO RANGEL, ELIO RUSCH E VALDIR ROSSONI EM SESSÃO DO DIA 04 DE MARÇO DE 2008.

Para Stephanes, Richa é “imbatível”

Gazeta do Povo

Ministro nega chances do PMDB em Curitiba
por Kátia Chagas

Enquanto o PMDB trava uma discussão interna para escolher o candidato a prefeito de Curitiba, o Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes (PMDB), fez ontem uma previsão nada otimista do desempenho do candidato que será apoiado pelo Governador Roberto Requião. Stephanes declarou que o PMDB não tem estrutura e organização para enfrentar a eleição municipal e que o Prefeito Beto Richa (PSDB) é um candidato “imbatível”.

Para o Ministro, um Prefeito tem que ser “muito ruim” para não conseguir se reeleger e é difícil derrubar um candidato à reeleição. “Ainda mais no caso do Beto (Richa), que tem simpatia, é popular, tem um bom trabalho em Curitiba, estrutura, máquina, tem tudo”, disse Stephanes.

Nem o fato de ser pai de um dos pré-candidatos a Prefeito do PMDB, o Deputado Estadual Reinhold Stephanes Junior, impediu o Ministro de falar o que pensa. Ele sinalizou que não concorda inclusive com a iniciativa do filho em buscar a indicação para concorrer à prefeitura. “Ele tem como objetivo a vida pública, mas tem que ver se é o momento certo”, disse.

Além do filho do Ministro, são pré-candidatos pelo partido o ex-prefeito Rafael Greca, o reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Carlos Augusto Moreira Júnior, e os Deputados Federais Rodrigo Rocha Loures e Marcelo Almeida.

Os nomes são considerados “bons” por Reinhold Stephanes. Greca e Moreira, segundo ele, “têm discurso e história”, Marcelo Almeida “estuda muito” e Rocha Loures “faz um excelente trabalho”. “Mas isso não é suficiente para ganhar a eleição em Curitiba”, analisa.

Apesar de o Governador ser apontado por lideranças do PMDB como o principal cabo eleitoral na eleição municipal, Stephanes disse ter dúvidas sobre o peso político de Requião para alavancar o nome de seu candidato. “Na eleição municipal, o que está em jogo são as obras municipais”, afirmou.

O Presidente Municipal do Partido, Doático Santos, classificou as declarações de Stephanes como um discurso de peemedebista desanimado. Para o dirigente, não existe eleição decidida e o candidato do PMDB tem reais chances de vitória. “Não será a elite curitibana que vai decretar o Beto reeleito por antecipação, ele vai ter que passar pelo crivo da eleição”, disse.

Além disso, Doático Santos está convencido de que o Governador vai ser o grande puxador de votos nessa campanha. “Podem menosprezá-lo a vontade, mas tenho certeza de que o Requião influencia de forma decisiva o processo eleitoral”, afirmou.

O Deputado Estadual Stephanes Junior discordou ontem de seu pai. “O Beto está muito bem, mas tem que disputar”. Para ele, este é o momento certo de tentar a primeira candidatura a cargo de executivo de sua carreira. “Até quem perde uma eleição majoritária está ganhando. O importante é expor idéias e ficar conhecido”, afirmou.

Stephanes Junior disse ainda que não se surpreendeu com as declarações de seu pai. “Ele sempre me estimulou a permanecer na iniciativa privada e adiou a minha entrada na política o quanto pôde”, disse. O Deputado também afirmou que seu pai sempre “fala o que pensa”, e que, por isso, não estranhou as suas declarações.

Publicações:**Diretoria Geral****Portaria DAT**

PORTARIA Nº 042/08 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 15750 de 27 de dezembro de 2007,

R E S O L V E :

ajustar o orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 15750 de 27 de dezembro de 2007 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DA DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
33904300	2000	100	200.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
33903997	2000	100	200.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 18.02.08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Publicações Administrativas:**Balancetes Financeiros****Dezembro/07**

OFÍCIO Nº 01/2008

Curitiba, 11/02/08.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de V. Sa. apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de DEZEMBRO/2008, conforme relatório anexo, pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a V. Sa. protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Contabilidade

ILMO. SR.

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

M.D. Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Dezembro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:31/12/2007
MÊS: Dezembro	Exercício: 2007	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	18.220.580,00	228.620.580,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	18.220.580,00	228.620.580,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	225.520,00	974.480,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	225.520,00	974.480,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	17.995.060,00	229.595.060,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	13.456.395,20	18.168.647,56
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	13.456.395,20	16.165.151,44
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	2.003.496,12
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	13.456.395,20	18.168.647,56
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	7.632.241,00	8.388.432,08
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	7.632.241,00	8.388.432,08
TOTAL	39.083.696,20	256.152.139,64

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS:Dezembro MÊS:Dezembro	MÊS: Dezembro Exercício: 2007	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 31/12/2007
---	----------------------------------	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	16.682.658,60	227.820.945,53
Pessoal e Encargos Sociais	15.005.636,36	196.345.825,15
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.677.022,24	31.475.120,38
DESPESAS DE CAPITAL	5.640,00	974.479,00
Investimentos	5.640,00	974.479,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	16.688.298,60	228.795.424,53

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	0,00	2.871.134,18
Pagamentos	0,00	867.638,06
Cancelamentos	0,00	2.003.496,12
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	13.040.268,62	15.130.451,95
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	13.040.268,62	15.130.451,95
Cancelamento de Outros Créditos	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	13.040.268,62	18.001.586,13
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	9.355.128,98	9.355.128,98
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	9.355.128,98	9.355.128,98
TOTAL	39.083.696,20	256.152.139,64

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

Janeiro/08

OFÍCIO Nº 02/2008

Curitiba, 11/02/08.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de V. Sa. apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de JANEIRO/2008, conforme relatório anexo, pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a V. Sa. protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Contabilidade

ILMO. SR.

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

M.D. Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Janeiro	MÊS: Janeiro Exercício: 2008	REF: GAR260A PAG.: 01 Data:31/01/2008
---	---------------------------------	---

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	24.500.000,00	24.500.000,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	24.500.000,00	24.500.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	200.000,00	200.000,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	200.000,00	200.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	200.700.00,00	200.700.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	537.862,35	537.862,35
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	537.862,35	537.862,35
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	537.862,35	537.862,35
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	9.355.128,98	9.355.128,98
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	9.355.128,98	9.355.128,98
TOTAL	34.592.991,33	34.592.991,33

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Janeiro	MÊS: Janeiro Exercício: 2008	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 31/01/2008
---	---------------------------------	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	22.829.403,85	22.829.403,85
Pessoal e Encargos Sociais	21.168.743,85	21.168.743,85
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.660.660,00	1.660.660,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	22.829.403,85	22.829.403,85
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	410.069,47	410.069,47
Pagamentos	410.069,47	410.069,47
Cancelamentos	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	877.936,39	877.936,39
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	877.936,39	877.936,39
Cancelamento de Outros Créditos	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	1.288.005,86	1.288.005,86
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	10.475.581,62	10.475.581,62
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	10.475.581,62	10.475.581,62
TOTAL	34.592.991,33	34.592.991,33

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade